

1 0 NOV 2013

O ESTADO DE S. PAULO

Entrevista*

Eleonora Menicucci

Ministra é livre-docente pela
Universidade de São Paulo

● Fez livre-docência na Universidade
de São Paulo (USP) e pós-doutorado

na Università Degli Studi de Milano.
Foi pró-reitora de Extensão da Univer-
sidade Federal de São Paulo até
2012, quando assumiu a Secretaria
de Políticas para as Mulheres.

'DENÚNCIAS VÃO ELEVAR ÍNDICES DE ESTUPRO'

Ministra usa ônibus e até barcos para atender vítimas pelo País

Laura Greenhalgh

“É vergonhoso”, disparou Dilma Rousseff dias atrás, ao comentar publicamente o novo Anuário Brasileiro de Segurança Pública. Referia-se ao seguinte exame estatístico: o número de estupros no País, em 2012, foi 18,7% maior do que em 2011, superando o número de homicídios dolosos. Mas a reação da presidente, na avaliação de uma de suas ministras mais próximas, a socióloga Eleonora Menicucci de Oliveira, tem mais de indignação do que surpresa. Nesta entrevista exclusiva ao **Estado**, a titular da Secretaria de Políticas para as Mulheres fala da obsessão de Dilma com o enfrentamento desse crime e garante: ambas, presidente e ministra, sabiam que o índice viria maior. “Porque as mulheres estão com mais coragem para denunciar. E, além disso, contam com um serviço de atendimento mais organizado e eficaz”, resume.

Ex-presença política e feminista atuante desde os anos 1970, a mineira Eleonora Menicucci tem usado todo o seu arsenal de negociação para implementar o programa governamental Mulher, Viver Sem Violência, articulando parcerias com ministé-

rios, governos estaduais e municipais, tribunais, defensorias públicas, delegacias e movimentos sociais. Admite que está em plena “cruzada nacional” pela adesão formal dos Estados ao programa, valendo-se sempre do apoio da presidente, de quem é amiga de longa data. Um apoio providencial: em agosto deste ano, Dilma sancionou, na íntegra, a Lei 12.845, que determina o atendimento integral à mulher vítima de violência, em toda a rede pública de saúde. Incluída a anticoncepção de emergência.

Com a força moral da Lei Maria da Penha e as bênçãos do Planalto, pode-se dizer que a “ministra das mulheres” anda animada com a dotação de R\$ 305 milhões para o programa (volume inédito no campo das políticas oficiais de gênero). Além de dinheiro, ganhou servidores para tocar as diferentes iniciativas da pasta. E assim Eleonora Menicucci promete atacar em múltiplas frentes: com novo serviço telefônico para denúncia das violações, centros de fronteira, ônibus e até barcos, promete combater a violência contra a mulher, sob todas as formas e em todas as frentes.

● **Afinal, o anuário pegou a senhora e o governo de surpresa?** Não fui pega de surpresa. O governo, também não. Sabíamos que, com o uso crescente do Ligue 180, aumentariam as denún-

cias. O número que surge agora é até subnotificado, por refletir apenas as mulheres que denunciaram os abusos, que procuraram postos de saúde e serviços especializados. Deve haver um número ainda maior, alcançando aqueles estupros que acontecem dentro de casa, com crianças sobretudo. Estupros de pai, padrasto, namorado da mãe, tio, vizinho, enfim, todo esse leque de agressores que se esconde na família ou no entorno dela. Agora, o dado não nos surpreende, porém é alarmante. É lamentável que a sociedade brasileira, em pleno século 21, ainda se defronte com a barbaridade que é a violência contra as mulheres, com a barbaridade que é o estupro.

● **Quando o Ligue 180 começou a funcionar? Tem sido uma boa estratégia?** Começou a funcionar em 2005. E tem sido uma estratégia fundamental. Tanto que a novidade, hoje, é que o Mulher, Viver sem Violência fará com que o Ligue 180 se transforme em Disque 180, até dezembro próximo. O serviço crescerá, ganhará mais resolução.

CONTINUA

No Ligue é possível informar às mulheres onde elas devem procurar atendimento. Já o Disque fará o link com os serviços. A mulher desliga o telefone tendo já falado com a delegacia, o posto, o hospital, isso em todo o território: Não existirá o risco de a vítima ficar na mão ou de o serviço perdê-la de vista. O compromisso do governo é atuar com tolerância zero em relação à violência contra a mulher e à impunidade dos agressores, estejam eles no ambiente doméstico ou não. O lugar deles é na cadeia.

● Como tem sido operar com tolerância zero em campo tão minado, ministra?

Esse caminho começou com o presidente Lula, em 2003. Começou com o pacto dos Estados e municípios para o enfrentamento do problema. O pacto permitiu à Secretaria de Políticas para as Mulheres, em ação coordenada com ministérios, descentralizar recursos para o fortalecimento da rede de serviços – delegacias, defensorias, juizados especializados, postos de saúde, hospitais de referência. Quatro anos depois de firmado o pacto, todos os Estados aderiram (*ao que se sabe, menos Pernambuco*). Nesse ínterim, aprovamos a Lei Maria da Penha, que é uma das mais importantes do mundo, e quem diz isso é a ONU, além de eu achar também. Depois veio o governo da presidente Dilma, trazendo outros avanços por meio do Mulher, Viver Sem Violência. Dou um exemplo: uma das seis ações básicas do programa é a construção da Casa da Mulher Brasileira em todas as capitais, daí a cruzada que venho fazendo pelo Brasil – esta semana vou a Macaé, depois Recife, Natal...

● O projeto dessas casas tem sido bem acolhido nos Estados? Sim, porque estabelecemos parcerias. Os terrenos são da União, que também arca com os dois primeiros anos de custeio da casa, infraestrutura, mobiliário, transporte, internet... Já o governo estadual, ao assinar o termo de adesão, compromete-se com a parte legal, por exemplo, o juiz da Vara, a delegacia. E daí o município entra com a assistência social, incluindo psicólogos, educadores, especialistas em trabalho e renda... Serão 26 casas pelo País, 11 delas inauguradas até junho de 2014. Fora isso, abriremos centros nas áreas de fronteira, justamente para enfrentar o tráfico de mulheres e crianças para a exploração sexual. Centros em Brasileia (AC), Corumbá

(MS), Santa do Livramento e Jaguarão (RS), Ponta Porã (MT), Tabatinga (AM). E vamos melhorar os já existentes, na fronteira tripartite (*em Foz do Iguaçu*), Pacaraima (*entre Venezuela e Roraima*) e Oiapoque (*divisa com a Guiana Francesa*). Serão investidos R\$ 500 mil em cada um desses centros.

● Por que tanto foco nas fronteiras? Porque temos dados concretos da situação, com base em informações que chegam pelo 180 e pelos Ministérios

da Justiça e das Relações Exteriores. O número de casos de violência contra mulheres dobrou nessas áreas nos últimos dois anos. Em 2012, desbaratamos duas quadrilhas de tráfico e exploração sexual, uma em Salamanca e Ibiza, na Espanha, e outra no Brasil, traficando mulheres e crianças do Sul para o Norte. É algo gravíssimo. Decidimos usar ônibus especiais do programa para atender mulheres no campo e na floresta, dois para cada Estado brasileiro. E, em 2014, serão sete barcos para atuar nas áreas ribeirinhas, nos Estados do Norte. Não tenha dúvida de que todas essas ações, somadas, vão estimular a notificação dessa violência que antes ficava confinada dentro de casa.

● Ou seja, os índices devem ainda crescer por mais algum tempo? Sim, mas o lado bom dessa história é que as mulheres estão conseguindo romper o silêncio. Nosso objetivo é fazer com que as notificações sejam cada vez mais consistentes, as mulheres, cada vez mais determinadas e a sociedade, cada vez mais consciente. É importante destacar o envolvimento dos diferentes setores nessa cruzada nacional: os Tribunais de Justiça, o Ministério Público, que sempre me acompanha nas visitas que faço aos Estados, as Defensorias Públicas, as delegacias, os IMLs (*Instituto Médico-Legal*) e os hospitais de referência, atuando de forma humanizada. Enfim, a Lei 12.845, que a presidente sancionou sem vetos em 1.º de agosto, garante exatamente isso: o atendimento integral à vítima.

● Como a senhora explica essa persistência do crime de estupro no Brasil, um país que tem feito distribuição de renda, com impactos na vida dos mais pobres? Não há uma relação direta. Claro, a distribuição de renda tem papel estruturante, tanto que a mulher, ao con-

quistar alguma autonomia econômica, ganha autoconfiança, perde medo. Vemos isso pelas titulares do Bolsa Família. Porém, o estupro ainda é decorrência da casa grande e senzala.

Do patriarcado. E digo isso com a experiência de quem estuda há anos essa problemática. Fora isso, a diminuição da desigualdade social ainda não se fez, na mesma medida, em relação à desigualdade de gênero. A mulher ainda é vista como propriedade do homem. E mesmo que tenhamos julgamentos exemplares de agressores, como o Bruno, o Mizael, aquele estupro coletivo em Queimadas, na Paraíba, ainda persiste a visão patriarcal. Vamos nos aprofundar nessa reflexão, já estamos analisando as denúncias do 180, como elas chegam, quais as narrativas das vítimas, qual é a etnografia de vida dessas mulheres.

● Quando uma mulher finalmente chega a denunciar o estupro, na maioria dos casos ela terá sido vítima recorrente dessa violência?

Coordenei em São Paulo uma casa de atendimento mantida pela Universidade Federal de São Paulo, a Unifesp, onde sou professora. Com base nessa experiência e agora com o que vejo do problema, como ministra, entendo que há dois tipos de estupro: o que acontece dentro de casa, por agressor conhecido, portanto, um crime raramente notificado, e o que acontece na rua, por agressor desconhecido, geralmente acompanhado de muita violência física, além do abuso sexual e da humilhação. Esse crime em geral acontece no horário em que a mulher sai para trabalhar, de manhã, entre a casa e o ponto de ônibus, ou na volta do trabalho, à noite. Por isso é tão importante uma cidade iluminada e com boa mobilidade urbana. Tenho dito aos prefeitos com os quais me encontro: a grande vítima de uma cidade escura é a mulher.

CONTINUA

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

1 0 NOV 2013

● Pelos dados do Anuário, os Estados com índices mais altos de estupro são Roraima, Rondônia e Santa Catarina. E o Estado com o menor índice é a Paraíba, onde o célebre forró canta a braveza da “mulher macho, sim senhor”. Isso faz algum sentido para a senhora? Não dá para dizer que é assim porque as paraibanas são mais bravas (*ri*). O que dá para dizer é que Estados com os mais altos índices são justamente aqueles que não têm secretarias de políticas para as mulheres. Roraima, aliás, acabou de criar a sua, estive lá na semana passada. Já a Paraíba tem duas secretarias fortes, uma estadual, outra municipal. Quando as administrações, em nível municipal, estadual ou federal, estruturam suas políticas de gênero, contando com recursos humanos e financeiros, os efeitos se fazem sentir. Pense que uma mulher estuprada precisa cruzar pelo menos três portas ao reagir: a primeira pode ser o 180. Outra é o pronto-socorro. Se ele não tem enfermeiros e médicos treinados para atender, fica ruim. Hoje já temos 87 hospitais públicos preparados para prestar esse atendimento. E a terceira porta é a delegacia. Veja como é um longo caminho.

● Os hospitais estão fazendo a anti-concepção de emergência? A sanção da presidente foi para isso. O hospital que não quiser fazer o atendimento, alegando objeção de consciência do médico, é obrigado a encaminhar a vítima para outro centro. Assim opera um Estado laico, que toma para si a responsabilidade.

● E a impunidade do agressor? A meu ver, é o lado mais complicado. Temos uma articulação com o Ministério da Justiça, os tribunais, as secretarias de Segurança Pública, delegacias, em todos os Estados. Mas a punição só existe se houver a denúncia. Até porque, sem a denúncia, não há crime. Por isso, o ministro José Eduardo (*Cardozo, da Justiça*) e eu temos chamado a atenção das mulheres, e da população em geral, para a importância de denunciar. Em termos de faixa etária, o estupro pega todas as idades, de uma criança até uma idosa, como pude constatar quando atendi em São Paulo uma senhora de 70 anos, vítima dessa barbaridade. O estupro é uma experiência devastadora da identidade feminina.

1 0 NOV 2013

O ESTADO DE S. PAULO
Estatística violenta

A marca do dono

O estupro é um ato de demarcação nas entranhas femininas feito pelo patriarcado para assinalar o território do corpo submetido à sua disciplina

■ O Fórum Brasileiro de Segurança Pública divulgou na terça um relatório indicando que os casos estupro ultrapassaram os registros de homicídios no Brasil, em 2012. No total, foram 50.617 ocorrências de violência sexual, ante 50.108 assassinatos.

Debora Diniz

A nova campanha da Organização das Nações Unidas de combate à discriminação contra as mulheres esconde nossas bocas e faz do Google o texto de nossas vidas (<http://www.unwomen.org/en/news/stories/2013/10/women-should-ads>). Os olhos das mulheres da campanha são variados, mas todos miram os autores das buscas eletrônicas infames. Eles são sujeitos anônimos sem geografia definida. As bocas congelam as expressões mais comuns lançadas no buscador que tudo sabe: “mulheres na cozinha”, “mulheres como escravas”, “mulheres em casa”, “mulheres disciplinadas”. Uma pesquisa global, que recuperou o mais secreto sobre a discriminação de gênero. O escândalo não foi só saber que há multidões em busca de informações sobre como ter uma escrava sexual ou como proibir as mulheres de votar. O inquietante foi retirar o veu e conhecer os segredos do oráculo sobre a desigualdade de gênero. Ela é íntima, cotidiana e persistente. E o pior: global.

A violência doméstica é uma das maneiras de governar os corpos da casa pelo regime do medo. Ela pode se expressar pela disciplina do castigo físico, pela humilhação ou pelo confinamento. Ou ainda por uma das formas mais perversas de expressão do patriarcado – o estupro. O estupro ofende as mulheres, não só no corpo possuído pelo prazer e ímpeto de tortura do agressor, mas principalmente porque nos aliena da única existência possível: a do

próprio corpo. Uma mulher vitimada pelo estupro não é só alguém manchada na honra, como pensavam os legisladores do início do século 20 ao despenalizar o aborto por estupro, mas alguém temporariamente alienada da existência. Honra, dignidade, autonomia são ignoradas pelo estupra-dor, é verdade. Mas o estupro vai além: é um ato violento de demarcação do patriarcado nas entranhas das mulheres. É real e simbólico. Age em cada mulher vitimada, mas em todas as mulheres submetidas ao regime de dominação.

A moral patriarcal que oprime não se contenta em demarcar espaços ou vozes. Ela necessita das entranhas, ou melhor, das vaginas, para demarcar o território do corpo feminino sob sua disciplina. A magnitude do estupro no Brasil é um dos territórios da dominação patriarcal e da consequente desigualdade de gênero. Segundo dados do *Anuário Brasileiro de Segurança Pública*, foram 50.617 estupros em 2012, um crescimento de 18,17% em relação a 2011. Sim, há vários problemas nesse dado – houve mudanças no sistema de classificação do estupro, alguns Estados são mais confiáveis que outros na alimentação de dados administrativos, e somente em 2011 o registro de estupro se tornou obrigatório pelos sistemas de saúde público e privado. Talvez não seja um crescimento na taxa, mas uma notificação mais rigorosa. Pouco importa: o escândalo não está no crescimento em milhares de vítimas, mas na persistência do abuso.

CONTINUA

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

1 0 NOV 2013

As mulheres ainda são objeto de alienação pelo poder patriarcal, que tem no estupro um de seus indicadores mais perversos.

E aqui está nosso desafio. Não são mulheres abstratas que se verão traduzidas em números pela estatística do estupro. Há biografias; e nelas há cor, classe, geração e espaço predeterminado pela cartografia da opressão de gênero. Ela é jovem, filha, negra e pobre. A casa é o reduto da violência, mas também do segredo. Por isso, os novos registros dos sistemas de saúde podem ter alterado o cenário nacional da magnitude – talvez não seja a delegacia a porta de entrada do desamparo dessas mulheres, mas os hospitais. Essa menina, além de abusada, abandonou a escola, sofre de outras doenças, tem medo de morrer se voltar para perto do abusador. Por isso o oráculo Google é tão inquietante para entender os milhares de estupros da sociedade brasileira – as perguntas secretas são também práticas cotidianas e domésticas. O estupro é uma forma de violência doméstica. Se o estupro de rua foi já chamado de cruento, o abuso intrafamiliar é o estupro doméstico. É dele que falam as estatísticas.

As manchetes sobre a pesquisa brasileira compararam o número de estupros ao de homicídios dolosos, isto é, aqueles com intenção de matar. Se a comparação tinha por interesse analisar duas infrações penais em que o agressor tem intenção no ato violento, há algum sentido em dizer que o País tem uma taxa mais alta de estupros que homicídios dolosos por 100 mil habitantes. Há um *animus* de gênero no estupro. Apesar de a legislação brasileira considerar que estupro é qualquer ato sexual não consentido, as mulheres são as principais vítimas. Mas essa não me parece ter sido a lógica argumentativa. O ímpeto é punitivo – comparar estupro e homicídio é escandalizar a opressão de gênero por um caminho enviesado e frágil para as vítimas. O estupro é um crime contra a integridade física e moral das mulheres. O homicídio é um crime contra a vida. Proteger as mulheres exige uma leitura cuidadosa das frases escondidas do Google, do desmembramento dos tentáculos do poder patriarcal que alimentam as religiões, as escolas e as famílias. A mudança não está no atalho da mão punitiva, mas na longa jornada de transformação dos padrões de sociabilidade de gênero. As mulheres não são escravas, devem ter o direito ao voto e são felizes fora da cozinha.

●
DEBORA DINIZ É ANTROPÓLOGA, PROFESSORA DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA E PESQUISADORA DA ANIS – INSTITUTO DE BIOÉTICA, DIREITOS HUMANOS E GÊNERO

1 0 NOV 2013

O ESTADO DE S. PAULO

Cartórios paulistas já fazem divórcios e inventários

**Medida da Corregedoria
do T.J.-SP ajuda a
desafogar Judiciário e
permite redução de
gastos das partes**

O empresário Luís Chaves, de 53 anos, já se havia separado em 2010 na Justiça quando resolveu acabar de vez com todos os vínculos com a ex-mulher e decretar o divórcio. O próximo passo parecia ser gastar mais R\$ 7 mil com uma nova ação e toda a burocracia de passar pelo Ministério Público para tratar dos direitos de seus dois filhos menores de idade.

Mas tudo terminou em 15 dias, em um cartório de notas do centro de São Paulo. Desde março, entrou em vigor uma regra da Corregedoria do Tribunal de Justiça de São Paulo que permite inventários ou divórcios em cartórios se questões como pensão e guarda já tiverem sido resolvidas judicialmente. É a primeira iniciativa desse tipo no Brasil. “Foi lindo. Sem burocracia”, diz ele, que gastou R\$ 281.

Por trás dessa facilidade há um movimento na Justiça paulista que tenta reduzir o volume de ações. “A depender do talento de quem maneja o processo, a duração poder ser superior a uma década”, diz o corregedor-geral do TJ-SP, Renato Nalini, destacando que o sistema recursal “permite mais de 50 oportunidades de reapreciação do mesmo tema”.

A Corregedoria tentou, neste ano, dar mais autonomia aos cartórios e permitir métodos alternativos de resolução de conflitos, longe dos juizes. Mas a ideia foi barrada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a pedido do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e da seccional paulista, em agosto. A decisão definitiva ainda não saiu. /L.B.F.

1 0 NOV 2013

O ESTADO DE S. PAULO

Tráfico leva cada vez mais jovens à internação

Juízes do interior paulista são os que mais optam por tirar os infratores das ruas

Bruno Paes Manso

Na cela da Cadeia Feminina de Franca, no interior paulista, faltam colchões e energia elétrica. Há ratazanas e baratas. Não é permitido banho de sol nem existe atendimento médico, segundo vistorias recentes. Para lá foram mandados crianças e adolescentes acusados de vender drogas. Franca está entre os municípios que mais internam jovens envolvidos com o tráfico e o uso da cadeia feminina ocorre por causa da superlotação da Fundação Casa.

“As condições são insalubres. Vamos entrar com uma ação para obter uma liminar que retire todos de lá imediatamente”, diz o defensor da Infância e Juventude da cidade, Luciano Dal Sasso Masson. Na semana passada, conseguiu fechar a cela da cadeia. Outras duas foram abertas, em melhores condições.

A superlotação de unidades do interior, que ocorre apesar do processo de ampliação e de descentralização das unidades da Fundação Casa, é uma das consequências do crescimento do tráfico. Atualmente, metade dos 9.026 jovens internados por tráfico mora em cidades do interior do Estado – proporção bem mais elevada do que às da capital (26%), Grande São Paulo (15%) e litoral (5%), áreas tradicionalmente vinculadas ao co-

mércio de drogas. Há 8,7 mil vagas nas unidades da Fundação Casa no Estado.

Apresente da Fundação, Benice Giannella, explica que, além do aumento do tráfico de drogas, os juízes do interior são mais rigorosos e costumam internar mesmo aqueles flagrados vendendo droga pela primeira vez. “O ECA é claro em estabelecer que a internação por tráfico, quando não envolve violência, só deve ocorrer quando o ato infracional for reiterado”, diz. Apesar do crescimento da internação, ela afirma que a Fundação tem vagas 24 horas, como determina a Justiça.

A diferença na atitude do Judiciário pode ser vista na comparação entre roubo e tráfico nas diferentes regiões. No interior, dois em cada três jovens (66%) são internados por tráfico. Na capital, a proporção cai para dois em cada dez (20%). No litoral e na Grande São Paulo, a internação por tráfico também é menor que a de roubo.

Opiniões. Para o promotor da Infância e da Juventude de Franca, Augusto Soares de Arruda Neto, essa postura mais dura tem sido mantida pelo MP e pelo Judiciário há pelo menos 14 anos, período em que ele está no cargo. O promotor acredita que a internação para jovens e adolescentes primários se justifica. Ele conta que já ouviu em uma escuta autorizada

pela Justiça dois traficantes conversando. Eles disseram que não iriam colocar crianças traficando em Franca por causa da postura rígida da Justiça.

Já o coordenador da Pastoral do Menor de Franca, o padre Ovídio José Alves de Andrade, não acredita na internação em massa. Para ele, a solução seria aumentar o investimento nas medidas em meio aberto, que recebem bem menos dinheiro atualmente do que a Fundação Casa. “Enquanto quem trabalha no trabalho de prevenção, com ação social, recebe R\$ 74 por jovem, na Fundação Casa o orçamento é de R\$ 7 mil”, diz.

1 0 NOV 2013

O ESTADO DE S. PAULO

Caras e bocas

VEJA, MEU
NÚMERO É 1111.
TE CONVIDO A
VOTAR NUM
BOM CANDIDATO,
QUE SOU EU

PAULO MALUF, deputado federal (PP-SP), sobre sua condenação no TJ-SP e a perda de seus direitos políticos



SÔNIA RACY

Passando...

Já começou a atuar a equipe responsável pela transição no TSE. **Cármen Lúcia** deixa a presidência no dia 19, sendo substituída por **Marcos Aurélio Mello**.

...o bastão

O ministro deve reconduzir **Athayde Fontoura Filho** ao cargo de diretor-geral da corte. Lembrete: quem estará à frente do tribunal nas eleições de 2014 será **Dias Toffoli** - em seu primeiro posto de comando na Justiça.

Tráfico de pessoas - vergonha

Apesar da gravidade do problema, a sociedade só veio a enfrentá-lo com seriedade recentemente

Poucas semanas antes de sua vinda ao Brasil, em julho, o papa Francisco esteve na Ilha de Lampedusa, no sul da Itália, já próxima da África. Ali aportam numerosos prófugos da miséria e da violência, procedentes do continente africano e de outras partes do mundo, sonhando com a vida na Europa.

Muitos, de fato, nem conseguem chegar à terra firme e naufragam, ou são abandonados pelos modernos mercadores de escravos no meio do Mediterrâneo em barcos abarrotados e sem o mínimo respeito à sua dignidade. Isso depois de terem pago caro a alguma organização criminosa pelo transporte e pela promessa de visto e emprego no lugar de destino. Milhares acabam morrendo e jogados ao mar, nada diferente do que ocorria durante séculos com os navios negreiros no período colonial.

O papa jogou flores ao mar para lembrá-los; ao mesmo tempo rezou pelos que pereceram, confortou sobreviventes; e denunciou o tráfico de pessoas como uma atividade ignóbil, uma vergonha para sociedades que se dizem civilizadas. Diante dessa questão os governos muitas vezes ficam indiferentes ou sem ação. Francisco conclamou todos à superação da "globalização da indiferença".

Desde tempos imemoriais, o tráfico de pessoas era praticado amplamente e até aceito, geralmente, em vista do trabalho escravo. O Brasil conviveu por

séculos com a escravidão de índios e africanos; estes últimos eram adquiridos, traficados e comercializados como "coisa" num mercado vergonhoso, mas florescente. Foram necessários séculos para que a escravidão fosse formalmente proibida e abolida. Um progresso civilizatório!

Mas o problema voltou, se é que já havia sido erradicado de maneira completa. A forma contemporânea de escravidão é bem mais difundida e grave do que se poderia imaginar e está sendo favorecida pela globalização das atividades econômicas ilegais e clandestinas. Hoje, como no passado, essa atividade criminosa envolve organizações e redes nacionais e internacionais, com altos ganhos a custos e riscos baixos para os traficantes.

O tráfico de pessoas é praticado em vista de vários âmbitos da economia, legais e ilegais, como a construção civil, a agricultura, o trabalho doméstico, o entretenimento, a exploração sexual e, mesmo, a adoção ou a comercialização de órgãos. As vítimas, geralmente, são atraídas por promessas de trabalho e emprego, boas condições de vida em outras cidades ou outros países. Com frequência o tráfico de pessoas está ligado ao fenômeno das migrações e à permanência ilegal e precária em algum país.

Capítulo especialmente doloroso representa o tráfico de crianças e adolescentes, praticado por redes que envolvem pequenas vítimas do mundo inteiro. Entidades não governa-

mentais que acompanham essa questão estimam que na década de 1980 quase 20 mil crianças brasileiras foram levadas para adoção no exterior; constataram-se numerosos processos fraudulentos nessas adoções. No Brasil há denúncias de tráfico de crianças e adolescentes destinados à exploração sexual; e continua grande o contingente de crianças de 7 a 14 anos de idade exploradas no trabalho infantil.

Algumas características do tráfico humano já foram estudadas. Antes de tudo, ele envolve o crime organizado, com uma complexa estrutura que relaciona meios e fins para facilitar suas atividades; há aliciadores, fornecedores de documentos falsos e de assistência jurídica, transportadores, lavagem de dinheiro... Existem rotas nacionais e transnacionais do tráfico de mulheres para a exploração sexual, de trabalhadores ilegais, de crianças, de órgãos. No Brasil, a região amazônica é a que apresenta o maior número dessas rotas, seguida pelo Nordeste.

O tráfico de pessoas é abastecido por hábeis e convincentes aliciadores, que induzem suas vítimas e as envolvem numa rede que lhes tira a autonomia e da qual dificilmente conseguem libertar-se. Em geral, há uma boa proposta de emprego e renda no aliciamento. Por ser um crime invisível e silencioso, seu enfrentamento é difícil; as vítimas normalmente não o denunciam, uma vez que passam a viver em situação de risco e de constrangimento.

CONTINUA

09 NOV 2013

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Além da vulnerabilidade social e econômica, elas têm sua dignidade degradada.

Como enfrentar essa chaga social, que representa um verdadeiro retrocesso cultural e civilizatório? Apesar da gravidade do problema, apenas recentemente ele começou a ser enfrentado seriamente pela sociedade. A partir da segunda metade do século 20, a escravidão no âmbito do trabalho forçado imposto pelas guerras começou a ser debatida em fóruns internacionais, de modo especial na Organização Internacional do Trabalho e na ONU. Com o avanço da globalização, alastrou-se ainda mais o tráfico de pessoas, mas também a consciência sobre a necessidade de normas adequadas e eficazes para combater esse tipo de crime.

Em 1999 a ONU realizou a Convenção de Palermo, contra o crime organizado transnacional, e seus protocolos estão em vigor desde 2003. O Brasil adotou essa convenção em 2006 e desde 2008 tem o seu próprio Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. Há numerosas iniciativas de organizações da sociedade civil que se dedicam a enfrentar o tráfico de pessoas. A Igreja Católica também tem suas pastorais voltadas para essa problemática.

Em 2014 a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) promoverá, no período que precede a celebração da Páscoa, a Campanha da Fraternidade sobre o tema do tráfico de seres humanos. Será uma boa ocasião para uma tomada de consciência mais ampla sobre as dimensões e a gravidade do problema e para suscitar iniciativas e decisões para enfrentar essa vergonhosa chaga social em nosso país.

09 NOV 2013

O ESTADO DE S. PAULO

SÔNIA RACY

Again

Ivan Sartori voltou atrás: disputará a reeleição, em dezembro, para continuar no comando do TJ-SP.

Anteontem, disparou telefonemas para o gabinete de vários desembargadores – comunicando sua decisão.

09 NOV 2013

O ESTADO DE S. PAULO

JUSTIÇA

SP aumenta número de salas especiais para escuta de crianças vítimas de abuso

Um convênio entre o Tribunal de Justiça de São Paulo e a ONG Childhood Brasil, fundada pela rainha Silvia da Suécia, vai possibilitar a instalação de 29 novas salas de depoimento especial para crianças e adolescentes vítimas de violência no Estado. Hoje, São Paulo tem apenas três locais do tipo.

As salas especiais são ambientes lúdicos, onde menores que sofreram algum abuso são ouvidos por profissionais treinados para tal situação, como psicólogos ou pedagogos.

A conversa é gravada em vídeo e a criança não precisa repetir o relato em outras audiências. A rainha Silvia esteve presente ontem no TJ-SP para a assinatura do termo de cooperação da ONG com o Tribunal.

OFENSA AOS MENDIGOS Justiça indícia vereador por apologia ao crime

O vereador José Paulo Carvalho de Oliveira (PCdoB), de Pirai, no Médio Paraíba (RJ), foi indiciado por apologia ao crime, cuja pena varia de três a seis meses de detenção. Ele afirmou no plenário que mendigo deveria “virar ração para peixe”. O delegado titular da 94.^a DP (Pirai), Marcelo Haddad, concluiu o inquérito e aguarda o resultado de um laudo da perícia do vídeo para encaminhar o caso ao Ministério Público. A reportagem não conseguiu localizar o vereador.

09 NOV 2013

O ESTADO DE S. PAULO STF já recebeu recursos de 13 réus do mensalão

Felipe Recondo / BRASÍLIA

O Supremo Tribunal Federal já recebeu recursos de 13 dos 15 réus do mensalão que pedem a revisão das penas a que foram condenados. Termina na segunda-feira o prazo para que os réus que têm direito aos embargos infringentes protocolem o recurso. Ontem foram apresentadas as defesas do ex-presidente do PT José Genoino e do empresário Marcos Valério.

Em petição que mistura argumentos jurídicos, desabafo e desagravo, os advogados de Genoino pedem que o tribunal reverta sua condenação pelo crime de formação de quadrilha

No pedido, os advogados afir-

mam que Genoino não merece ser tratado como “bandoleiro” e que o deputado “brigará hoje e até o fim de sua existência” pela comprovação de sua inocência.

Deputado federal licenciado, Genoino era presidente do PT quando o esquema foi operado. Coube a ele assinar os empréstimos bancários considerados fraudulentos pelo Supremo. O STF condenou Genoino a 6 anos e 11 meses pelos crimes de corrupção ativa e formação de quadrilha.

Valério pediu ao STF a reversão de sua condenação e redução da pena de 40 anos, 4 meses e 6 dias. Os embargos infringentes serão julgados apenas no ano que vem.

Ecad contesta Procure Saber na Justiça

Entidade entrou com ação no STF para mudar lei que aumenta repasse aos autores, conseguida graças a lobby dos artistas

O enfraquecimento e a desarticulação do grupo Procure Saber, que perdeu o integrante de peso, Roberto Carlos, na última semana, parece ter encorajado o Ecad a reagir na Justiça contra mudanças que devem entrar em vigor em dezembro. O Escritório Central de Arrecadação e Distribuição de Direitos Autorais (Ecad) entrou esta semana com uma ação no Supremo Tribunal Federal (STF) para tentar derrubar a lei que muda sua administração. A proposta, aprovada no Senado

em julho, foi a primeira grande bandeira do Procure Saber, antes da batalha das biografias.

Com as mudanças já sancionadas pela presidente Dilma Rousseff, o Ecad passará a ser fiscalizado pelo Ministério da Cultura e deve aumentar o repasse de verbas (de 75% a 85%) aos autores. O Ecad divulgou à imprensa uma nota em que contesta a constitucionalidade das mudanças, já que o Estado “não poderia interferir na gestão de uma atividade de direito privado”. Outro ponto questionado pelo grupo (que tem Chico Buarque, Caetano Veloso, Gilberto Gil, Djavan e Erasmo Carlos, que ainda não sabe se segue ou se deixa o barco como o amigo Roberto) diz respeito à violação da livre iniciativa e ao direito de propriedade.

09 NOV 2013

O ESTADO DE S. PAULO

Lambanças no Congresso

O Ministério Público Federal (MPF) em Brasília abriu inquérito para investigar a enxurrada de funcionários comissionados, ou seja, admitidos não mediante concurso, mas por apadrinhamento, no Senado. Nove meses depois da posse do alagoano Renan Calheiros na sua presidência – e do anúncio de cortes de custos e na folha de pessoal – eles já são maioria na Casa. Somam 3.241 servidores, ou 52% de um total de 6.232. É a primeira vez que isso acontece em 11 anos. Conforme orientação do MPF, os sem-concurso deveriam representar menos da metade do contingente empregado.

O trem da alegria conduzido pelo mesmo Renan que prometeu fazer uma ampla reforma administrativa na instituição, para economizar R\$ 300 milhões até o ano que vem, recebe cada vez mais passageiros especiais – um “número exacerbado”, dizem os procuradores. Desde fevereiro, pelas contas do Portal da Transparência, foram admitidos apenas 3 concursados e 542 cujas credenciais se prestam mais ao loteamento político da Câmara Alta. Esse dado é maior que o do ano 2000 inteiro, quando a turma beneficiada pelo QI (*Quem Indica*) tinha só 370 membros.

O próprio Renan abriga em seu gabinete 12 filiados e ex-filiados do seu partido, o PMDB. A lista incluía um ficha-suja, de nome Nerigleikson Paiva de Melo,

que foi cassado sob a acusação de compra de votos nas eleições de 2008 para a Câmara de Vereadores de Maceió. (Dias atrás ele foi, afinal, exonerado.) Sabem, portanto, o que fazem os procuradores ao demandar acesso aos dados pessoais dos comissionados, incluindo a sua eventual filiação partidária. Querem saber também quem pediu ao diretor-geral da Casa que os nomeasse e quantos deles ocupam cargos de direção, chefia e assessoramento.

O ingresso risonho e franco de apaniguados daqueles que, com a indiferença de sempre pela ética pública, lhes abrem as portas para tê-los ao seu lado, segundo critérios de “estrita confiança”, como se lê na nota do Senado sobre a iniciativa do MPF, é objeto legítimo de averiguação. Mas a lambança não pode obscurecer outra situação injustificável: entre protegidos e concursados, a Casa tem o equivalente a 77 funcionários para cada 1 dos seus 81 mandatários eleitos. E nem todas as vagas estão preenchidas. Até o fim do ano, por exemplo, 294 desses cargos deverão ser ocupados.

Eis por que a folha de pagamento do Senado consome R\$ 3 bilhões por ano – sem falar no gasto com terceirizados. Há uma década, as despesas com pessoal somavam pouco mais de R\$ 1 bilhão, ou R\$ 1,83 bilhão em valores corrigidos. Em termos reais, portanto, o desembolso da Casa com os seus funcionários deu um salto da ordem de 60% – e não é que o número de senadores tenha au-

mentado. O mundo encantado dos benefícios que os parlamentares distribuem com incontida desenvoltura, repassando a futura para o contribuinte, não se limita ao Senado. A Câmara também se mostra ágil e atuante quando se trata da distribuição de vantagens para a sua gente.

A mais nova extravagância incompreensível para os cidadãos comuns é o acréscimo de R\$ 19 milhões, a partir do próximo ano, na sua folha de pagamento para cobrir os gastos com 89 funcionários adicionais e os 30 efetivos que passarão a ganhar um extra pelo exercício de cargos de confiança. Eles vão trabalhar para as lideranças das bancadas dos recém-criados partidos PROS e Solidariedade, um com 19 deputados, o outro com 22, que migraram de outras siglas. Mas – eis o escândalo – os partidos abandonados não perderão as suas cotas de funcionários. Estes não serão transferidos para os gabinetes dos líderes das novas legendas nem haverá um remanejamento de servidores para atender às mudanças na composição da Casa.

Se assim é, e se continuam sendo 513 os integrantes da Casa que já emprega mais de 15 mil pessoas, os 119 servidores, entre atuais e futuros, receberão dos cofres públicos para prestar serviços a duas entidades privadas, como são, juridicamente, as agremiações políticas. Só falta o Congresso voltar a acomodar nas suas dependências as sedes partidárias, como se fazia em tempos idos nesse Brasil patrimonialista.

1 1 NOV 2013

O ESTADO DE S. PAULO

Encontros Rainha Silvia

'É importante trabalhar na prevenção do abuso infantil'

É ESSENCIAL QUE A CRIANÇA TENHA CORAGEM DE DENUNCIAR

No País com a missão de angariar fundos e firmar parcerias para sua ONG Childhood, ela fala sobre a luta contra a exploração de menores e seu carinho

Filha de brasileira e alemão, a rainha Silvia, da Suécia, se sente em casa no Brasil. Natural, já que viveu aqui até os 13 anos. No País para temporada de um mês, a nobre se desdobra em uma agenda de compromissos. Maior deles? Buscar parcerias e angariar apoio para o braço brasileiro de sua World Childhood Foundation – ONG que trabalha na prevenção e no combate de abuso sexual infantil.

Segundo dados da Childhood Brasil, de janeiro a abril foram registradas 46.111 denúncias de violações de direitos de crianças e adolescentes – o que representa 35% de aumento em relação ao mesmo período do ano passado. É nesse cenário que ela faz coro à causa: “É importante trabalhar na prevenção”, destacou a rainha, que recebeu a coluna na tarde de sexta-feira, no prédio da Camargo Corrêa. Rosana Ca-

pele pelo Brasil.

margo de Arruda Botelho, acionista da empresa, é a representante da ONG no Brasil.

Entre os projetos locais está a concretização de uma iniciativa da própria Silvia: a sala de depoimento. “Um lugar que ela possa reconhecer como dela. Tem brinquedos, bonecas... Presente, somente a psicóloga, que faz as perguntas necessárias”, explica. A primeira do Brasil foi instalada no Rio Grande do Sul.

Além do trabalho de filantropia, a rainha aproveitará para visitar seus parentes locais e matar a saudade das frutas brasileiras. Exemplos: “Jabuticaba e manga”. Afável e atenciosa, com um sorriso nos lábios, assegura, antes de terminar a conversa: “Meu coração é brasileiro”.

A seguir, os melhores momentos da entrevista real.

● Como a senhora teve a ideia de criar a Childhood?

Foi em 1993, um momento difícil, em que tivemos um caso de pornografia infantil na Suécia. Na época, o caso chocou o país. Entretanto, o assunto era tabu. Ninguém tinha coragem de abordá-lo. Então, quando fui à Unesco, eles me pediram para falar sobre a situação da criança na Suécia, que é bastante boa, mas tem seus problemas. Pensei que, como rainha, poderia chamar a atenção para essas questões.

● A senhora sempre teve essa preocupação?

Depois desse caso, senti que deveria falar sobre isso. Naquele tempo tampouco se falava de abuso sexual e pornografia infantil no Brasil.

CONTINUA

1 1 NOV 2013

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

● Qual a essência do trabalho da Childhood?

Chamar a atenção para esse problema. No Brasil e em outros países. Porque os abusos existem em todo lugar e em todas as camadas sociais. Também procuramos ajudar projetos que já existem e necessitam de recursos. Não é fácil, para muitas organizações, conseguir trabalhar nesse setor.

● Como a ONG escolhe parcerias e projetos para apoiar?

Atuamos na Suécia, Alemanha, EUA e Brasil. Aqui temos a Childhood Brasil, responsável por escolher os projetos. Recebo as propostas e trabalhamos em cooperação. Este ano, estamos apoiando dez projetos no Brasil e desenvolvendo projetos próprios, de forma contínua. Sempre em parceria com setores empresariais, a Justiça, os setores de turismo e construção civil. Nosso mais novo e importante projeto é a sala de depoimento.

● O que é a sala de depoimento?

A situação de uma criança que sofreu abuso é muito difícil. E, às vezes, ela tem de contar essa história muitas vezes, o que é um processo doloroso. Tem de falar para os pais, médicos, policiais, juízes, assistentes sociais... Quando o abuso acontece com um familiar, a dor é ainda maior. Esse trauma é horrível. Essa sala de depoimento é um ambiente feito para a criança. Ela reconhece como dela: tem brinquedos e uma única pessoa – psicóloga – faz as perguntas. Do outro lado da sala – atrás de um vidro, a criança não vê – estão os profissionais que precisam das respostas para dar prosseguimento ao processo.

● Tem funcionado?

Muito. Começamos na Suécia. A primeira sala de depoimento no Brasil foi instalada no Rio Grande do Sul. Depois, inaugurei uma no TJ de Recife. O governador, Eduardo Campos, foi muito aberto à ideia. Até o fim do ano serão 100 salas no Brasil. Em São Paulo já são 29.

● Abuso de menores é questão interdisciplinar.

Envolve assistência social, Justiça, polícia. No Brasil, muitos desses sistemas são frágeis. Como é o espaço para uma ONG atuar?

É necessário falar sobre o assunto na escola, para trabalhar a prevenção e ajudar a criança em caso de denúncia. É essencial que a criança tenha coragem de denunciar. Porque, em muitos casos, ela é sozinha. A mãe, às vezes, também tem medo de falar, tem medo de que a segurança da família se quebre. Por isso a necessidade de apoio social. Nosso dever é estar junto e ajudar não só as vítimas, mas as pessoas que podem atuar como agentes sociais nesses casos.

● Que porcentagem tem coragem de denunciar?

Sabemos que esse número é a ponta do iceberg – há muito mais casos. Mas as denúncias vêm crescendo desde que começamos a trabalhar, o que me deixa feliz. Este ano houve aumento de 35%, comparando com o mesmo período de 2012. Foram 46 mil registros.

● A Childhood também tem um projeto que capacita caminhoneiros para serem embaixadores da causa e denunciar. Como surgiu esse projeto?

A ONG viu o problema e firmou parcerias com as companhias de transporte. Fizeram workshops com caminhoneiros, para que eles se informassem sobre os direitos das crianças. Muitos não pensam que uma menina de 14

anos é uma criança. Por isso temos de falar a respeito. Eles se tornaram embaixadores e denunciam, se preciso.

● No Brasil, as adolescentes estão expostas à sexualidade muito cedo. Como fazer um trabalho de prevenção?

A mídia tem seu papel. A criança vê filmes, lê sobre a vida de atores, artistas e, naturalmente, acha que é algo de que deve participar. A mídia deveria estar mais alerta e não fazer tanta propaganda que induza a criança nesse sentido. Porque ela tem o direito de ser criança.

● Foi difícil para a senhora captar recursos por aqui?

Não. Todos sabem da gravidade e importância do problema. Aqui temos um grupo de empresários muito ativos, sempre presentes.

● O que acha do governo Dilma nessa área?

Hoje foi um dia muito importante, porque o ministro Gilberto Carvalho mostrou preocupação com o problema e disposição para se unir a empresários. O governo faz muitas coisas, mas o Brasil é enorme. Fazer parcerias com as grandes companhias seria um bom caminho.

● Como é sua rotina?

Levanto cedo, 4 ou 5 da manhã. Tenho um trabalho de escritório – das 9 às 5, no castelo. Além disso, recebo visitas, chefes de Estado. Pelo menos cinco noites por semana estamos engajados em eventos. Jubileus, congressos... é intenso (*risos*), mas gosto muito do que faço.

CONTINUA

1 1 NOV 2013

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

● Qual o papel da monarquia na Suécia?

Apolítico. Meu marido representa o país e eu, como esposa, também. Meu primeiro dever e desejo é apoiá-lo. Depois vêm meus próprios interesses - como esses projetos.

● A Suécia é um exemplo de país de paridade de gênero. O que acha de termos uma presidente mulher?

Contanto que seja boa e inteligente, é ótimo. Principalmente quando o assunto são mulheres e crianças.

● O que a senhora ainda considera brasileiro?

O coração (*risos*). Passei minha infância aqui, fiz o colégio aqui, tenho muitos primos, mantenho meus laços. Já matei a saudade de jabuticaba e manga (*risos*).

● Como mantém o português?

Com carinho.

/SONIA RACY E MARILIA NEUSTEIN

09 NOV 2013

GAZETA DO POVO

Notas Políticas

Taxas de cartório

A Associação dos Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário do Paraná (Ademi-PR) é contra o reajuste das taxas cartoriais do estado. Segundo nota enviada ontem, a associação que representa as construtoras e incorporadoras no estado avalia que o reajuste pode pressionar outros agentes do mercado imobiliário a adotarem medidas de compensação. Na quinta-feira, o presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, Guilherme Luiz Gomes, disse que vai enviar para a Assembleia Legislativa um projeto para aumentar as custas em torno de 10% a 11%.

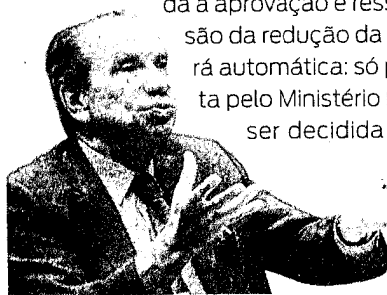
09 NOV 2013

GAZETA DO POVO

NOTAS POLÍTICAS

Majoridade penal

Um tema polêmico voltará à pauta do Senado na próxima semana: a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) começará a debater na terça-feira uma proposta que abre a possibilidade para punir menores de 18 anos e maiores de 16 anos pela prática de crimes graves. A proposta de Emenda à Constituição (PEC) 33/2012 é do senador **Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP, foto)**. O relator da matéria, senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES), recomen-



Jonas Pereira/Agência Senado

da a aprovação e ressalta que a concessão da redução da maioria não será automática: só poderá ser proposta pelo Ministério Público e deverá ser decidida apenas por instância judicial especializada em questões da infância e adolescência.

Aliás...

O autor da PEC que abre espaço para a redução da maioria penal em casos específicos, Aloysio Nunes Ferreira, pode ganhar a vaga de vice na chapa presidencial do senador tucano Aécio Neves (MG). Durante almoço com senadores do PTB, PR, PRB e PSC, Aécio disse que o ideal é disputar a eleição com uma chapa "café com leite", tendo Nunes na vice e o ex-governador de São Paulo José Serra como candidato a senador.

Chico no STF

O deputado licenciado José Genoíno (PT-SP) enviou ontem ao Supremo Tribunal Federal (STF) um recurso contra sua condenação no processo do mensalão. Em 25 páginas, sua defesa cita Chico Buarque e chama de ingênuo quem acreditou na história de compra de apoio parlamentar no primeiro governo de Luiz Inácio Lula da Silva. A defesa intercalou frases de efeito com versos da música "Cancion por la unidad latinoamerica", de Chico Buarque e Pablo Milanés: "a história é um carro alegre / cheio de um povo contente / que atropela indiferente / todo aquele que a negue".

Sem embargos

A cinco dias para a retomada do julgamento dos recursos do mensalão, o ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), disse ontem que os réus que não tiveram quatro votos a favor da absolvição não poderão ter direito aos embargos infringentes, mesmo que tenham entrado com o recurso. "Inclusive foi decidido um caso em que se disse que quem não teve quatro votos (a favor da absolvição), não pode entrar com o pedido." O julgamento dos segundos embargos de declaração, marcado para a próxima quarta-feira, deve terminar em dois dias.

GAZETA DO POVO

Como conter os vândalos?

09 NOV 2013

Algumas propostas saídas de um grupo que reúne o Ministério da Justiça, secretarias de Segurança, OAB, MP e CNJ são precipitadas e colocam em pé de igualdade black blocs e instituições democráticas

Uma reunião entre o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo; os secretários de Segurança do Rio, José Mariano Beltrame, e de São Paulo, Fernando Grella Vieira; e representantes da Ordem dos Advogados do Brasil, do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público, na quinta-feira, analisou algumas propostas para conter as ondas de vandalismo que as metrópoles brasileiras presenciavam com certa frequência. Que o poder público esteja finalmente se empenhando para tratar da brutalidade mascarada é louvável. As ideias que vêm surgindo, no entanto, parecem guiadas mais pela precipitação que pela reflexão ponderada a respeito do que é necessário fazer.

Uma das ideias, à primeira vista, parece interessante: a criação de uma espécie de “pronto atendimento” judicial para as manifestações. Um magistrado estaria “de plantão” para julgar rapidamente casos de abusos cometidos tanto pelos vândalos quanto por policiais. A inspiração vem dos tribunais previstos pelo Estatuto do Torcedor e que funcionam durante certos jogos de futebol, com jurisdição para ocorrências verificadas nas imediações do estádio, incluindo brigas entre torcedores e a atuação de cambistas. No caso dos eventos esportivos, além dos juízes, também participam membros da Defensoria Pública e do Ministério Público. A mesma lógica seria aplicada aos crimes cometidos durante manifestações. Até o fim do mês essa proposta deve ser oficializada e encaminhada aos TJs dos dois estados.

Todos sabemos o quanto a violência é alimentada pela impunidade, e por isso a ideia de um “tribunal expresso” tem seu apelo entre os cidadãos cansados de depredações e que reprovam quase que unanimemente os métodos dos black blocs. No entanto, a solução apresentada equivale a admitir a incapacidade das instituições já existentes de lidar com o vandalismo.

O problema, nesses casos, não é tanto a demora nos julgamentos. O problema é que as polícias não têm agido com a devida força, limitando-se a impedir maiores danos enquanto deveriam estar prendendo todos os vândalos; e que membros do Judiciário estejam flertando com a tolerância ao vandalismo como meio de expressão política, como demonstramos em editorial no fim de outubro. De nada adianta um tribunal itinerante para julgamentos rápidos se não houver ninguém para ser julgado, ou se o magistrado encarregado acreditar que “nenhuma luta social que não cause qualquer transtorno, alteração da normalidade, não tem força de pressão e, portanto, sequer poderia se caracterizar como tal” (como escreveu o juiz paulista Adriano Laroca, ao negar a reintegração de posse da Reitoria da USP, invadida em 1.º de outubro) ou que “a criminalização dos manifestantes, dos movimentos sociais, é uma expressão da violência ilegítima do Estado, da truculência contra a democracia” (como afirmou em vídeo o juiz João Damasceno, do TJ fluminense).

A segunda ideia, ao contrário da primeira, não parece razoável por nenhum ângulo: o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, quer criar um fórum que inclua a sociedade e o poder público para solucionar conflitos entre policiais e manifestantes. É o desenvolvimento da ideia lançada pelo ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência, Gilberto Carvalho, de buscar interlocutores entre os black blocs. Chamar os vândalos à mesa de negociação sem que eles abram mão de seus métodos equivaleria a considerá-los válidos e a apagar uma diferença básica que existe entre mascarados e a polícia, pois esta representa o Estado, que tem o monopólio legal do uso da força, enquanto aqueles são apenas criminosos.

Temos de elogiar a disposição do governo federal e dos governos estaduais em buscar, juntos, saídas para coibir a violência mascarada. O grupo ainda estuda outras alternativas, como aumentar a pena para o crime de dano e a criar uma agravante jurídica nos casos de agressão a policiais. O que é necessário, ao analisar as soluções propostas, é encontrar meios de fortalecer as instituições já existentes, e não de enfraquecê-las ou colocá-las em pé de igualdade com os vândalos.

09 NOV 2013

GAZETA DO POVO

Coluna do leitor

Justiça

Juízes e desembargadores entendem de leis, mas não de medicina, engenharia, matemática, biologia e ciências afins. Resultado: decidem com base naquilo que acham que é correto, mas sem nenhum embasamento científico ou técnico. É uma pena: têm muito poder para decidir, mas sem orientação adequada ainda cometerão muitos erros.

Leiber Caum

PMs envolvidos no caso do Morro do Boi são inocentados

Um dos crimes mais polêmicos do Paraná, o caso do Morro do Boi, que terminou com a morte de Osires Dal Corso e deixou tetraplégica a namorada dele, Monik Pegorari de Lima, em 2009, em Matinhos, no Litoral do estado, agora tem mais um capítulo. Os cinco policiais militares acusados por formação de quadrilha, roubo e falsa imputação de crime foram absolvidos em processo disciplinar interno da Polícia Militar do Paraná.

Com esta decisão, os policiais foram mantidos no quadro da corporação. Quatro deles tiveram seus portes de arma restituídos e estão à disposição para retornarem ao serviço operacional. Um dos agentes não está mais na ativa, e não poderá usufruir destes benefícios.

AÇÃO CIVIL

MP pede que Câmara de Matinhos exonere ao menos 8 comissionados

O Ministério Público do Paraná (MP) entrou com uma Ação Civil Pública pedindo a exoneração de, ao menos, oito servidores comissionados da Câmara Municipal de Matinhos, no Litoral do estado. O órgão alega que o Legislativo conta com 19 servidores efetivos e 27 comissionados. Esse desequilíbrio contraria o princípio da moralidade e proporcionalidade administrativa, o qual exige que a quantidade de cargos em comissão seja, no máximo, equivalente ao número de cargos efetivos. O presidente da Casa, Marcio Fabiano Mesquita Duarte, informou que o Legislativo não foi notificado sobre a ação, mas que os vereadores pretendem se adequar.

Ação acusa Donadon de reter salário e pedir reembolso irregular

O Ministério Público Federal em Rondônia divulgou ontem que entrou com processo contra o deputado-presidário Natan Donadon. A ação por improbidade administrativa acusa o parlamentar de obrigar seus subordinados a entregar parte de seus salários. De acordo com a denúncia, Donadon se apropriava todos os meses de um percentual fixo dos salários de dois de seus secretários. O pagamento foi feito de 2006 a 2008. Em 2008, o modelo mudou e os secretários passaram a pagar por algumas despesas pessoais de Donadon, como alimentação, diárias de hotel e gasolina. O deputado ainda recolhia as notas fiscais e era reembolsado pela Câmara.

09 NOV 2013

GAZETA DO POVO

“Não temos mais debate nenhum”

“Sempre houve uma tradição autoritária no Brasil, uma enorme dificuldade em conviver com o outro, que se tiver ideias contrárias, ‘não representa nada’.”

Marco Antônio Villa, doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (USP) e professor da Universidade Federal de São Carlos (SP)

Paulo Camargo

Marco Antônio Villa, doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (USP) e professor da Universidade Federal de São Carlos (SP) diz que a intolerância intelectual no Brasil vem se acentuando desde as manifestações do último mês de junho e tendem a se acirrar em 2014, ano de eleição presidencial. Para ele, essa intransigência é decorrência, sobretudo, da inexistência de um debate político consistente no país. “O brasileiro não gosta de política, que a considera um assunto chato, que não o encanta. Não há aqui uma sociedade politizada. O nível de consciência é muito pobre.”

A cada legislação, diz Villa, se elege políticos mais desprovidos de boas ideias, inconsistentes. Os partidos se diluíram, perderam a ideologia, e agem em benefício de seus próprios interesses, enquanto os sindicatos, que já tiveram um papel importante na vida brasileira, se tornaram braços do Estado, desde a eleição do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 2003.

A visão do historiador da vida acadêmica brasileira é ainda mais nefasta. “Há um acirramento no meio acadê-

mico, porque a ‘intelectualidade chapa-branca’ tem medo de perder o que conquistou nos últimos 12 anos.”

Para Villa, o debate intelectual arrefeceu no Brasil a partir da redemocratização, em meados dos anos 80, e segue quase inerte até hoje, nestas primeiras décadas do século 21. “Não temos mais debate nenhum. A universidade pública inexistente. Perdeu-se a capacidade crítica e formou-se muito mal. Há teses de doutorado ilegíveis, a produção científica nas áreas das Ciências Humanas hoje é pífia e inconsistente.”

O mais grave, na visão do historiador, é que já não há mais nas universidades espaço para o contraditório. “É impossível estabelecer um diálogo inteligente de ideias. O controle está nas mãos de grupelhos e não se consegue trabalhar com as diferenças.”

Villa ressalta, contudo, que essa indisposição ao diálogo não é algo novo. Pelo contrário. “Sempre houve uma tradição autoritária no Brasil, uma enorme dificuldade em conviver com o outro, que se tiver ideias contrárias, ‘não representa nada’.”

Embates

O historiador ressalta que já houve, no passado, um debate político intenso no país em alguns momentos. Lembra que, no fim do século 19, o jornalista e escritor Euclides da Cunha defendeu fervorosamente na imprensa o fim da monarquia e o ideário republicano, enquanto que, nos anos 1920, a Primeira República sofreu forte questionamento na imprensa, até a Revolução de 30, que levou ao poder Getúlio Vargas e, por consequência, seu regime ditatorial. Nos anos 50, o debate em torno do entreguismo e do nacionalismo, materializado na campanha pela nacionalização do petróleo, foi outra discussão que ganhou âmbito nacional por meio da imprensa, assim como a implantação das comunidades de base, nos anos 60, durante o governo de João Goulart, um dos pivôs do Golpe de 1964.

CONTINUA

Entre as discussões intelectuais públicas brasileiras, Villa cita o embate virulento entre os críticos José Veríssimo e Silvio Romero, autores de histórias da literatura brasileira contrapostas, e que trocaram farpas em público no fim do século 19. Outro confronto histórico ocorreu entre o escritor José de Alencar, autor de *O Guarani*, e o jurista e diplomata Joaquim Nabuco nas páginas do jornal *O Globo*, em 1875.

Villa defende a ideia de que, no plano político, a redemocratização do país teria, em certa medida, fracassado, já que a população não se tornou muito mais politizada e disposta a debater os problemas nacionais. “Algum êxito, talvez, tenha sido alcançado no plano econômico.” O historiador completa, afirmando que hoje o clima de animosidade é tão forte, que forças opositoras não conseguem mais sequer sentar à mesma mesa para discutir.

Na ditadura do eu

! O recrudescimento da intolerância está relacionado ao esvaziamento e à perda das utopias a partir da década de 1960, processo que teria culminado nos anos 90, quando o paradigma liberal de uma sociedade regida por fatores econômicos e mercantilistas se impuseram, passando a ter papel central em boa parte do mundo, reforçando um modo de pensamento individualista. “Valores como o respeito à diversidade, o humanismo e a luta pela desigualdade, pregados pelo socialismo, foram se perdendo, em nome do individualismo extremo”, disse à reportagem da *Gazeta do Povo* César Bueno de Lima, sociólogo, professor

do curso de Ciências Sociais da PUCPR e integrante do Núcleo de Direitos Humanos da instituição.

Os meios de comunicação de massa, segundo ele, incluindo agora as próprias redes sociais, substituíram a política, que deixou de ser um território para o debate, e passou a ser o meio pelo qual diferentes grupos fazem valer seus interesses de forma muito pragmática.

As causas coletivas que visam ao bem comum, segundo ele, teriam cedido lugar à cultura do eu. Nessa ordem, que vem se consolidando desde então, o público é sinônimo de decadência e o privado é sempre priorizado. A intolerância, dentro das universidades, inclusive, seria a radicalização desse pensamento que não contempla o diálogo como forma de resolução de problemas. Pelo contrário.

A estratégia passou a ser descredenciar o outro, aquele que se opõe ao que eu penso. A ordem hoje seria a da imposição de um ideário que satisfaz o anseio de indivíduos e de seus iguais, nem que para isso seja necessário causar a morte de quem discorda das minhas ideias. Essa “morte” pode ser simbólica, por meio da censura, do impedimento da expressão desse outro, ou literal, em casos mais radicais.

Individualismo

“Vivemos a ditadura do eu, em que o indivíduo está autorizado a fazer tudo em defesa dos seus próprios interesses. Nem que para isso ele tenha de esvaziar o discurso do outro, com o qual está em discordância, e até de calá-lo.”

O intolerante, assinala o professor, é aquele que defende a pena de morte e não defende os direitos humanos, e sim os direitos dos humanos que pensam como ele. “Há uma recusa de entender e absolver, impingindo dor e sofrimento, dentro de um paradigma da vingança.”

Essa postura, diz Bueno de Lima, atinge também o meio acadêmico, que deveria ser um templo do saber, espaço democrático para o debate e o intercâmbio de ideias, mas acaba por reproduzir todos esses vícios, o que se mostra até mais grave, levando-se em consideração sua vocação à universalidade. “Há hoje uma imensa dificuldade em saber ouvir. Poucos se dispõem a se abrir a outras possibilidades, para além daquilo que acreditam e defendem.”

“Atualmente, a educação não necessariamente torna as pessoas melhores. Poucos se perguntam para que se está educando. Há uma ignorância política muito grande, Educa-se, muitas vezes, para o medo”, finaliza o professor. (PC)

09 NOV 2013

GAZETA DO POVO

Virtualização do Tribunal Federal

DE OLHO
NO LEÃO

JOSÉ ALEXANDRE SARAIVA
saraivaeadvogados@hotmail.com

O Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF/4ª), com sede em Porto Alegre, atingiu na última segunda-feira a marca histórica de dois milhões de processos em seu sistema eletrônico denominado eproc. É a consolidação definitiva da virtualização na Justiça Federal do Sul do país.

Graças à racionalidade processual imprimida no sistema, criado há pouco mais de dez anos, a redução anual no custo da atividade jurisdicional nos três estados que compõem a estrutura do TRF/4ª Região (Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina) gira em torno de R\$ 20 milhões. Um advogado da Caixa Econômica Federal afirmou que a economia de papel contabilizada pela instituição, por ano, se aproxima hoje de um milhão de folhas, sem considerar as vultosas despesas que antes eram realizadas na consecução dos serviços advocatícios, destacando-se o custo na aquisição de tinta e impressoras.

Os operadores do direito, incluindo advogados, procuradores e juízes, são unânimes na aprovação dessa fantástica revolução na tramitação de processos. De fato, não há paralelos. E o mais importante: tudo,

absolutamente tudo, com celeridade, segurança, funcionalidade e transparência na efetividade jurisdicional.

O sistema permite a qualquer pessoa, previamente cadastrada, acesso amplo e direto a todos os atos praticados nos processos – da citação em primeira instância ao acórdão proferido no tribunal, além do envio de recursos ao Superior Tribunal de Justiça e ao Supremo Tribunal Federal

O modelo do processo eletrônico implantado no Tribunal Regional da 4ª Região é exemplar e inédito no país. Reúne os feitos de qualquer natureza afetos à competência da Justiça Federal, compreendendo juizados especiais e ações criminais, estas a partir do inquérito policial instaurado pela Polícia Federal. A previsão é de que em dois anos todos os processos antigos (processos físicos) estejam digitalizados.

Segundo a Comunicação Social TRF4, no decorrer desses 10 anos de utilização, muito tem sido aperfeiçoado no sistema judicial eletrônico. Um dos destaques é o fortalecimento de parcerias técnicas, com a integração com diversos órgãos, entre eles o Ministério da Fazenda, a Advocacia Geral da União (AGU), o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e o Ministério Público Federal (MPF)."

Prata da casa

O sistema foi criado e desenvolvido pelos próprios magistrados e servidores da 4ª Região, a

partir do estudo de todas as necessidades dos operadores do Direito, com a colaboração dos usuários.

Sem esses servidores abnegados e sem os recursos financeiros próprios corretamente aplicados, por certo o futuro dos serviços da prestação jurisdicional na Justiça Federal do Sul do Brasil hoje já não se fariam presentes – e de forma tão categórica, ao ponto de merecer reiterados elogios do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e, sobretudo, do cidadão. De acordo com o CNJ, o TRF4 "é o tribunal federal mais informatizado do país, apresentando um índice de 93% de casos novos eletrônicos, enquanto a média nacional de processos eletrônicos ingressados na Justiça Federal em 2012 foi de 65%.

09 NOV 2013

GAZETA DO POVO

» SÃO PAULO

MP pode ouvir Kassab em caso de sonegação

O promotor de Justiça Roberto Bodini, do Ministério Público (MP) de São Paulo, não descarta ouvir o ex-prefeito Gilberto Kassab (PSD) e o ex-secretário de Finanças Mauro Ricardo Machado Costa, por suposto envolvimento com a quadrilha de fiscais que teria desviado pelo menos R\$ 500 milhões dos cofres públicos para conceder habite-se a mais de 652 grandes empreendimentos imobiliários de São Paulo.

Uma escuta telefônica mostra que Kassab e seu ex-secretário foram citados em uma conversa entre o ex-subsecretário de Finanças Ronilson Bezerra Rodrigues, preso desde a semana passada, e Paula Sayuri Nagamati, chefe de gabinete de Mauro Ricardo à época. Rodrigues disse que o ex-prefeito e Ricardo “sabiam de tudo” sobre o envolvimento dele no esquema de sonegação do Imposto Sobre Serviço (ISS).

Bodini disse que não pediria à Justiça a prisão preventiva dos três fiscais que ainda continuam presos na carceragem do 77º Distrito Policial. A prisão temporária deles venceria à meia-noite deste sábado. Também estão na delegacia os servidores públicos Carlos Augusto di Lallo Leite do Amaral e

Eduardo Horle Barcellos. O fiscal Luis Alexandre Cardoso Magalhães foi solto na segunda-feira, após um acordo de cooperação com o MP.

Kassab disse ontem que Rodrigues quis “tumultuar o processo” ao envolvê-lo no esquema. “Essa informação vem de pessoas que sabiam que estavam sendo monitoradas e fizeram isso para tumultuar o processo”, disse.

O áudio divulgado na quinta-feira pelo Jornal Nacional, da Rede Globo, foi de um telefonema de Rodrigues para Paula Nagamati, gravado no dia 18 de setembro. O ex-subsecretário mostra irritação ao ver seu nome publicado no Diário Oficial em uma intimação para depor na Controladoria-Geral do Município. Rodrigues diz a Paula que Kassab e o secretário municipal de Finanças, Mauro Ricardo, tinham ciência de tudo.

Kassab disse ter recebido a informação com muita “indignação” e defendeu seu ex-secretário. “Quero publicamente dar meu depoimento de admiração ao secretário Mauro Ricardo, que é uma pessoa correta, honesta, íntegra, eficiente. Ele também é vítima da ação dessa quadrilha”, afirmou. O ex-prefeito citou que a investigação sobre o esquema iniciou-se no fim de sua gestão.

1 0 NOV 2013

GAZETA DO POVO

1 PESSOA MORRE A CADA 2 DIAS EM CONFRONTO COM A POLÍCIA

Dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública mostram que 167 pessoas morreram em conflitos com a polícia em 2012 no Paraná, um aumento de 12% na comparação com 2011. Na maioria dos casos a Polícia Militar estava presente. A situação no estado é um espelho do resto do país, que registra três vezes mais mortes nessa situação que os Estados Unidos. Especialistas propõem uma reformulação das estruturas de segurança para reduzir a violência.

"Esses dados devem chamar atenção dos órgãos de segurança pública para uma revisão imediata da formação dos soldados e uma revisão da finalidade da Polícia Militar."

José Carlos Cal Garcia,
presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB-PR.

"Há 20 anos tínhamos mais respeito. Os suspeitos se entregavam. Em alguns lugares [hoje], eles conseguiram até estar mais aparelhados que a própria polícia."

Renato Jorge da Silveira,
coronel da reserva da Polícia Militar do Paraná.

10 NOV 2013

GAZETA DO POVO

Uma pessoa é morta pelas mãos da polícia a cada 48 horas no Paraná

Brasil registra cinco mortes em confronto com a polícia por dia. Número é três vezes maior que nos Estados Unidos

Diego Ribeiro

! A cada dois dias, uma pessoa morreu em confronto com a polícia no Paraná em 2012. No Brasil, são cinco mortes por dia, três vezes mais que nos Estados Unidos. Os números foram divulgados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública e revelam a face mais violenta dos agentes de segurança pública (leia nesta página relato de policial militar paranaense sobre a morte de um suposto criminoso, revelando os bastidores das ações de repressão).

A chave para diminuir a violência policial passa por uma reformulação das estruturas de segurança pública e pelo avanço da transparência, segundo especialistas ouvidos pela reportagem. “Os números são muito preocupantes e revelam um desvio no preparo das tropas. Esses dados devem chamar atenção dos órgãos de segurança pública para uma revisão imediata da formação dos soldados e uma revisão da finalidade para qual a Polícia Militar

está voltada”, afirmou o presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB-PR, José Carlos Cal Garcia Filho.

Era a Polícia Militar que estava presente na grande maioria das 167 mortes em confronto com a polícia. Houve um aumento de 12% no número de casos entre 2011 e 2012. Comparando com a quantidade de homicídios registrados no Paraná, é possível dizer que a cada vinte pessoas que foram assassinadas no estado, uma foi morta pela polícia.

“É preciso repensar a polícia. Ela é atualmente incompatível com a sociedade democrática”, ressalta o sociólogo da PUCPR, César Bueno. Segundo ele, a formação do policial, aliada a cultura criada dentro das corporações militares, coloca o suspeito como um inimigo, tal qual em uma guerra. “A polícia precisa estar preparada para prevenção, na resolução sem violência. Aliás, o uso da violência deve ser a última alternativa”, pondera. Bueno duvida que em todas as situações foi necessário o uso da “bala”.

Clima de guerra

Bueno lembra que os casos de morte em confronto tendem a ficar sem solução. “A questão corporativa protege os policiais. Falta transparência. É preciso democratizar as polícias”, defende. O

sociólogo ressalta que a impunidade gera um ciclo perverso. “Polícia violenta traz insegurança e não segurança”, analisa. Garcia Filho também lembra que a falta de transparência colabora para o desconhecimento das causas dessa violência policial. “Política de segurança pública não pode se confundir com violência estatal”, observa.

Para o coronel da reserva da PM do Paraná, Renato Jorge da Silveira, o aumento da violência por parte dos criminosos gerou uma polícia mais firme e preparada para revidar. “Há 20 anos tínhamos mais respeito. Os suspeitos se entregavam”, conta. Ele acredita também que os ataques de uma facção criminosa em São Paulo em 2006 propagaram a coragem entre os bandidos pelo país. “Em alguns lugares, eles conseguiram até estar mais aparelhados que a própria polícia”, afirma. Na avaliação dele, o medo de morrer é outro fator que colabora para o revide policial.

CONTINUA

CONTINUAÇÃO ASSUSTADOR

Morrem, no Brasil, cinco pessoas por dia em confronto com as polícias. A maior parte delas em conflito com as polícias militares. No Paraná, a média é de uma morte a cada dois dias.

Mortes em conflito com as polícias

■ 2011 ■ 2012

São Paulo	461	563
Bahia	284	344
PARANÁ	147	167
R. G. do Sul	40	67
Sta. Catarina	43	50
Pernambuco	24	32
Alagoas	2	26
R. G. do Norte	21	21
Goiás	6	17
Maranhão**	1	11
Ceará	0	9
M. Grosso	10	7
Paraíba	9	7
Tocantins	3	7
Espírito Santo	5	6
Amazonas	4	5
Plau	7	4
Acre	2	4
Rondônia	2	4
M. Grosso do Sul	0	3
Sergipe	4	*
Amapá	3	0
Distrito Federal	0	0
Pará	0	0
Roraima	0	0

* Dados não informados de Minas Gerais e Rio de Janeiro. Dados do ano de 2012, não informados em Sergipe. ** Dados da Polícia Civil não informados.

NO MUNDO EM 2012

Brasil	1.890
México	1.652
África do Sul	706
Venezuela	704
EUA	410
Reino Unido	15

Fonte: Redação. Infografia: GP.

10 NOV 2013 GAZETA DO POVO

Pais contratam perícia para provar que cena da morte do filho foi forjada

Inconformados com a versão de que o filho teria reagido a uma abordagem, os pais do advogado curitibano Cléber Guiomar Pinto contrataram um perito para provar que a cena da morte foi montada. "A perícia apontou todos os erros. Consta no laudo que meu filho foi morto de joelhos. A bala entrou no peito e se alojou na lombar. Ele é canhoto, mas a arma estava próxima da mão direita dele. O que aconteceu é uma vergonha, uma covardia", afirma Antônio Milton Pinto.

Os pais alegam que Cléber, de 24 anos, foi executado pela Polícia Militar, em Guaraniaçu, Oeste do Paraná, em janeiro deste ano. Na época, foi noticiado que policiais militares do serviço reservado trocaram tiros com dois homens às mar-

gens da BR-277. Cléber estaria acompanhando o primo Ademilson de Lima Damásio, 23 anos, numa ida ao fórum da cidade. Os relatos policiais dão conta de que eles teriam atirado ao serem abordados em um carro Golf. Um revólver e uma pistola estariam com os rapazes. Ademilson tinha passagem pela polícia.

A **Gazeta do Povo** obteve os pareceres da delegacia de Guaraniaçu e da Polícia Militar, que pedem que os dois policiais suspeitos (um deles já faleceu) não sejam indiciados. "Todas as provas produzidas nestes autos (...) dão conta da existência de um confronto armado não provocado pelos policiais", afirma o texto do relatório da Polícia Civil sobre o caso.

Com base nas informações apresentadas pela perícia contratada pela família, a promotoria de Guaraniaçu reabriu o inquérito, pedindo novas diligências. Depois de ser entrevistado em um programa de televisão sobre o caso, segundo Milton, um dos policiais abordou a esposa dele. "Ele disse para ela que eu gostava muito de dar entrevista e que seria a última", conta. (DR)

"Política de segurança pública não pode se confundir com violência estatal."

Cézar Bueno, sociólogo da PUCPR.

CASO EDENILSON

A família do caseiro Edenilson Murillo Rodrigues, de 25 anos, tenta desde maio saber onde ele está. Ele teria desaparecido depois de uma abordagem policial em Piraquara, numa situação semelhante a que aconteceu com o pedreiro Amarildo de Souza, no Rio de Janeiro. Os parentes mantêm a esperança de encontrá-lo com vida e que Edenilson não se some a estatística de casos de violência policial.

CONTINUA

1 0 NOV 2013

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

TRANSPARÊNCIA

Gazeta pediu, mas não recebeu informações

A **Gazeta do Povo** pede dados sobre mortes em confronto com a polícia, via Lei de Acesso à Informação, desde janeiro deste ano. A única resposta foi de que os números estariam disponíveis no anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, uma entidade que faz uma pesquisa anual na área. Depois da divulgação das estatísticas durante a semana que passou, mais uma vez a reportagem pediu os dados. A assessoria de imprensa da PM declarou que não teve tempo hábil para providenciar as informações e que, na sequência, poderia repassar os dados e indicar algum representante da corporação para comentar o andamento dos processos para apurar e, eventualmente, punir abusos. (DR)

RELATO

OFICIAL DA PM, que prefere não ser identificado.

É mais fácil matar do que prender

"Sou policial há 12 anos. Há seis anos me envolvi em um confronto armado, no qual um suspeito foi morto e outro preso. O ato de prender exige muito mais capacidade que o de matar, sem dúvida. Fui muito criticado pelos companheiros por não ter matado o segundo suspeito, que se entregou logo após seu comparecimento. Antes disso já tinha em mente que uma grande parte dos "confrontos" entre a polícia e marginais eram, na verdade, execuções sumárias em que indivíduos eram mortos após serem dominados. E pior, com a chancela dos oficiais nas ruas e "esquentando" inquérito policial militar. Um importante freio para essas ações foi interrompido. Era o serviço de monitoramento das viaturas, uma tecnologia embarcada, o AVL (Localização Automática de Veículos, em inglês). Por ele, pode se verificar o rastro deixado pelas mortes em terrenos baldios ou prestação de socorro pelo caminho mais longo até a morte do "bandido".

Existem exceções, claro, mas via de regra, o soldado infelizmente não tem treinamento suficiente de tiro e tática de confronto (não existe dinheiro para comida nos quartéis, imagine para munição). Isso obriga muitos a atirar antes por medo de morrer, quando não padecem em confrontos verdadeiros. Com isso, ocorrem erros, inocentes são mortos e estórias são criadas para maquiar as ocorrências – cidadãos são transformados em bandidos, portando armas e drogas. Ao final, pela falta de controle e pela porta aberta pelos próprios superiores e até mesmo pelo discurso do "livrar a sociedade dos criminosos", policiais/bandidos habituados a matar também o fazem para o tráfico de drogas, ganhando dinheiro para "limpeza de área", durante o próprio turno de serviço. Esse ciclo vicioso de violação das leis e impunidade acaba por contaminar aqueles recém-chegados na corporação."

1 0 NOV 2013

GAZETA DO POVO

Coluna do leitor

Cartórios

Enquanto dezenas de comarcas no interior estão sem juízes, o Judiciário só lembra de aumentar as custas (**Gazeta**, 8/11) sob o argumento inconsistente de que algumas varas estatizadas necessitam de recursos para pagar funcionários. E pior ainda são os cartórios de distribuição em grandes comarcas e de imóveis, que faturam valores estratosféricos e são conferidos a particulares, enquanto os que não dão dinheiro são bancados pelo Estado.

Alfredo Leôncio Dias Neto

Feriado 1

O Estado deve se basear na igualdade do povo; assim, deveria haver o "Feriado Caucasiano", o "Dia do Latino", o "Dia do Orgulho Oriental", e outros mais. O tempo de relembrar a escravidão já passou; para ter orgulho de quem eu sou e de onde vim não é preciso um feriado. A conscientização deve ser feita todos os dias.

Pablo Victor Arceles

Feriado 2

Os vereadores de Curitiba poderiam criar até uma semana inteira da consciência negra. Mas sem feriado, ao contrário: uma semana de eventos em teatros, em restaurantes, parques, que lembrasse as contribuições do negro para a culinária, para a música, a literatura. Toda a cidade seria beneficiada com uma homenagem muito mais digna do que um feriado. Mas é demais querer dos nossos vereadores e de líderes de movimentos que usem seus neurônios para produzir inteligência em vez de populismo barato.

Marcus Fadel

Feriado 3

O Dia da Consciência Negra é uma dívida histórica que o Brasil tem com os povos africanos desde sua colonização. Nada mais justo que, em um país onde mais da metade da população é negra, comemorar a data. O feriado é tão-somente uma questão de conscientização popular sobre o papel do negro no Brasil ao longo desses 500 anos.

Marcelo Rebinski, historiador

Celso Nascimento

"Merrecas"

A propósito de socorros ao combalido Tesouro Estadual: só agora o governo descobriu que receberá uma "merreca" dos depósitos judiciais tributários a que tem direito. No total, eles somam cerca de R\$ 500 milhões, mas descontado o

fundo de reserva e outro montante contingenciado na Caixa Econômica, talvez lhe sobrem R\$ 200 milhões. Para quem sonhava com R\$ 2 bilhões...

GAZETA DO POVO

CID DESTEFANI
cid.destefani.fotos@gmail.com

Nostalgia

1 0 NOV 2013

Dia da Raça

“Nenhuma raça merece feriado exclusivo em detrimento de outra. Não vai ser com feriados que vamos evoluir, acabar com o racismo e a falta de respeito.”

Assim inicia a sua opinião, na Coluna do Leitor da *Gazeta do Povo*, o economista Paulo Lugli, sobre a criação do feriado denominado Dia da Consciência Negra pela Câmara de Vereadores de Curitiba.

A tentativa da instituição de tal feriado vem causando contradições na apreciação dos curitibanos, que na maioria qualificam como absurdo feriado em querer homenagear raças ou etnias que formaram tanto o Brasil quanto, e principalmente, o Paraná, estado que se desenvolveu através do trabalho de gente das mais diversas nacionalidades.

Um livreto intitulado *Datas Comemorativas* apareceu com uma segunda edição em 1998, pela Associação Bibliotecária do Paraná. Nessa publicação, ressaltando-se erros e repetições de datas, tem dia para tudo: por exemplo, o dia de hoje — 10 de dezembro — é em homenagens aos *Dia da Indústria Automobilística*, *Dia do Balconista* e *Dia do Trigo*, além de ser o dia em que Getúlio Vargas estabeleceu o Estado Novo, em 1937. Uma das atitudes de Vargas foi criar o *Dia da Raça* para ser comemorada no dia 4 de setembro, sendo incorporada à chamada Semana da Pátria.

Dia da Raça, uma aberração num país como o Brasil, formado praticamente por todas as raças existentes no mundo, querer homenagear a *raça brasileira*, sabidamente inexistente. A nação é formada por brasileiros natos, quer oriundos das raças branca, negra ou amarela. Em nosso calendário de efemérides temos tanto o Dia do Índio como o Dia da Abolição dos Escravos, em 13 de Maio, e este não deixa de ser uma homenagem à integração dos negros como brasileiros de plenos direitos de cidadania.

Com todo respeito que tenho pelo Paulo Salamuni, filho de meu amigo e, quando em vida, apreciador desta página, o professor Riad Salamuni de respeitosa memória, acredito que o Dia da Consciência Negra seja criado pela Câmara Municipal, do qual é presidente, sem, entretanto, constar como feriado. Como tantas outras datas importantes que são lembradas sem haver necessidade de interromper a vida operativa da comunidade. Tome-se como exemplo o dia do aniversário de Curitiba, comemorado em 29 de Março, é um dia como outro qualquer, tendo unicamente ponto facultativo nos serviços da prefeitura.

Se a onda de criar dia disso e dia daquilo continuar, insinuo aos vereadores, não todos, apenas aqueles que não têm imaginação, para que se criem dias como o *Dia do Bêbado*, *Dia da Vergonha na Cara*, ou então mesmo o *Dia da Vontade de Trabalhar*.

GAZETA DO POVO

Dilma quer cota de 20% para negros

! A presidente Dilma Rousseff encaminhou ao Congresso Nacional, em regime de urgência constitucional, o projeto de lei que “reserva aos negros 20% das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União”.

Na justificativa, a presidente afirma que a medida busca iniciar a mudança na composição racial dos servidores da administração pública federal. Além disso, o governo federal espera que a iniciativa sirva de modelo para outros setores.

“Esperamos também incentivar medidas similares a essas. Tenho certeza de que além dos demais Poderes e dos demais entes da federação, nós também poderemos influenciar empresas e organizações privadas”, disse a presidente.

O regime de urgência constitucional garante maior celeridade na tramitação do projeto, porque estabelece prazo de votação de 45 dias para a Câmara e mais 45 para o Senado para o texto ser votado. Se a votação não for concluída nesse período, o projeto passará a trancar a pauta da Casa em que estiver tramitando e nenhuma outra proposta legislativa poderá ser votada em plenário.

A política de cotas em seleções públicas já existe em alguns estados. No Rio de Janeiro, por exemplo, a lei estadual 6.027/2011 reserva 20% das vagas dos concursos públicos do poder executivo do estado para candidatos negros e índios.

1 0 NOV 2013

1 0 NOV 2013

GAZETA DO POVO

NA JUSTIÇA

MPF tenta identificar supersalários na Câmara desde 2011

A Justiça Federal em Brasília analisa um processo sobre supersalários pagos na Câmara sem saber quais são eles. O TCU determinou há mais de dois meses o corte das remunerações acima do teto, o que começou a ser feito em outubro. Na esfera judicial, porém, uma estratégia da Casa vem retardando uma eventual decisão em 1ª instância. O processo foi aberto a partir de uma ação civil pública movida pelo Ministério Público Federal (MPF) no DF, em 2011. Os procuradores da República pediram e a Justiça determinou que a direção da Câmara enviasse todas as rubricas que compõem as remunerações de cada servidor. No primeiro envio de dados, a Casa omitiu 76 rubricas e foi impossível analisar as informações. Cobrada, a direção-geral remeteu as 346 rubricas, mas em planilhas separadas. O grande volume de dados impediu a associação dos nomes às remunerações. Até agora, o MPF foi incapaz de concluir uma perícia no material. Além disso, a Câmara – e também o Senado – adota todas as estratégias para esconder os salários acima do teto, driblando as exigências da Lei de Acesso à Informação de divulgar tudo na internet.

ROSINHA GAROTINHO

Ex-governadora do Rio é condenada por improbidade

A ex-governadora do Rio Rosinha Garotinho foi condenada pela Justiça estadual por improbidade administrativa. Rosinha teve seus direitos políticos suspensos por cinco anos, além de ter que ressarcir integralmente os cofres públicos e pagar multa. Também foram sentenciados o ex-secretário estadual de Educação Claudio Mendonça, Maria Thereza Lopes Leite e a Fundação Euclides da Cunha. Segundo o processo, Rosinha, Mendonça e Maria Thereza celebraram contrato com a Fundação Euclides da Cunha durante o período em que Rosinha, atual prefeita de Campos dos Goytacazes, era governadora. O contrato teria sido feito sem licitação e previa a implantação de um programa de informática nas escolas.

FRAUDE

652 prédios de luxo de SP podem ter sido alvo da máfia dos fiscais

O Ministério Público investiga 652 prédios de luxo de São Paulo que podem ter sido inaugurados com o Habite-se negociado pela quadrilha de fiscais da prefeitura paulistana. Há casos em que os empreendimentos simplesmente não pagavam Imposto Sobre Serviços (ISS), lesando a prefeitura em cerca de R\$ 500 milhões. "O esquema funciona da seguinte maneira: a construtora devia R\$ 10 milhões de ISS à prefeitura. Na hora de quitar a dívida, a empresa dava R\$ 1 milhão para os fiscais e recolhia R\$ 5 milhões. Ou seja, gastava R\$ 6 milhões com ISS, economizando R\$ 4 milhões. Era bom para todos, para os fiscais e para as empresas. Só a prefeitura era lesada", diz um dos promotores que investigam o caso.

1 0 NOV 2013

GAZETA DO POVO

Blood Money, uma obra a favor da vida

Luiz Bassuma

A nossa Constituição, em seu artigo 5.º, garante a inviolabilidade do direito à vida como cláusula pétrea. Acontece que, em 1988, ano de sua promulgação, ainda não havia bases científicas muito consistentes para que o texto pudesse explicitar o direito à vida desde a concepção, ou seja, a partir da fecundação do óvulo pelo espermatozoide. Porém, nos últimos 25 anos, os avanços na embriologia, na fetologia e na obstetrícia foram extraordinários, demonstrando cientificamente que não existe outro momento para definir a origem da vida humana que não seja o momento da fecundação.

Dentre tais avanços, precisamos aqui pontuar dois dos mais importantes. O primeiro foi a conclusão do Projeto Genoma, que decifrou o código genético do ser humano, revelando o nosso DNA, que já está presente no zigoto e, depois, em todas as trilhões de células que compõem nosso organismo. O segundo tem relação com a sobrevivência da criança em partos prematuros. Há 25 anos era quase impossível uma criança sobreviver após um parto com 24 semanas (seis meses). Hoje, a maioria das crianças nascidas com mais de 4,5 meses (18 semanas) já sobrevive. Neste estágio pesam cerca de 500 gramas e são um pouco maiores que uma de nossas mãos.

Apesar disso tudo, o Brasil continua sendo ameaçado constantemente por movimentos a favor da legalização do aborto. A propaganda abortista em todo o mundo sempre se baseou em duas grandes mentiras: que a criança em gestação é uma coisa, descartável, sem direito de viver; e que o aborto conduzido com segurança não causa danos ou sequelas à saúde da mulher. Mentiras que funcionaram bem no passado, mas que a ciência a cada dia vai desmascarando.

Para que o Brasil não corra o risco de assistir à catástrofe ocorrida nos Estados Unidos, onde o aborto foi legalizado pela Suprema Corte, é necessário

que o Congresso Nacional legisle a favor da vida, não deixando vazios para ações criminosas a partir do STF, como aconteceu em 2012 com a questão dos anencéfalos.

E, para fomentar a discussão a favor da vida, será exibido, nas salas de cinema do Brasil, a partir do dia 15 de novembro, o filme *Blood Money* que mostra as consequências para a sociedade americana dos 40 anos de aborto legalizado. O documentário faz denúncias como a prática da eugenia e do controle da natalidade por meio do aborto, e trata aspectos científicos e psicológicos relacionados ao tema, como o momento exato em que o feto é considerado um ser humano e quais as sequelas para a mulher submetida a este procedimento. A legalização do aborto representa o assassinato de uma criança pelos próprios pais e só faria banalizar um crime e garantir a prosperidade financeira de uma indústria muito lucrativa. Além disso, deixaria os governos completamente sem compromisso com políticas públicas de planejamento familiar e ações preventivas para evitar o aborto.

É importante que a sociedade lute em prol da vida e não deixe que a indústria do aborto seja legalizada aqui no Brasil. Essa prática traria consequências terríveis tanto para a mulher quanto para toda a sociedade. *Blood Money* é um documentário interessante que tem o objetivo de contribuir com as lutas pela vida.

Luiz Bassuma, ex-deputado federal, é autor do Estatuto do Nascituro, que atualmente tramita na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados.

1 1 NOV 2013

GAZETA DO POVO

Corte não modifica sentenças, diz presidente

Recurso a órgão com sede na Costa Rica era esperança dos mensaleiros para se livrar das penas impostas pelo Supremo

■ O presidente da Corte Interamericana de Direitos Humanos, Diego García-Sayán, disse que o órgão não modifica sentenças, uma das estratégias anunciadas por réus do mensalão para tentar reverter a condenação. Nesta semana, o Supremo Tribunal Federal (STF) retoma mais uma fase de julgamento de recursos. Existe a possibilidade de o STF concluir o processo para alguns dos réus e determinar o início do cumprimento das penas.

Às vésperas de uma sessão que a corte realizará no Brasil, García-Sayán evitou falar sobre o caso, mas ressaltou que não cabe ao órgão modificar sentenças. “A corte não pode modificar uma sentença. Se houve uma pena de prisão, a corte não pode aumentá-la ou reduzi-la”, afirmou. “[Mas] não temos elementos sobre o mensalão. Não queremos insinuar respostas.”

Até agora, não há nada sobre o mensalão tramitando na corte, que tem sede na Costa Rica. Mas recorrer ao órgão é uma das hipóteses com que trabalham os réus no processo. Eles afirmam que o STF vio-

lou garantias judiciais, por supostamente não terem direito a uma revisão do processo. “A corte não é um tribunal penal de revisão que pode modificar sentenças. Se a corte optar pelo caminho da revisão, são os próprios tribunais nacionais que o fazem”, explicou García-Sayán.

Semana decisiva

Na próxima quarta-feira, o STF começa a julgar o segundo lote dos chamados embargos declaratórios. Esse recurso serve para esclarecer a condenação — não pode, porém, revertê-la. Dos 25 condenados, 13 têm direito somente a esse tipo de recurso e já podem ter seus casos concluídos, entre eles Roberto Jefferson e os deputados federais Valdemar Costa Neto (PR-SP) e Pedro Henry (PP-MT).

O outro recurso, conhecido como embargo infringente, pode reverter condenações, mas só pode ser apresentado por réus com ao menos quatro votos pela absolvição em algum crime. Os infringentes, no entanto, só serão analisados em 2014. Têm direito a eles réus como o ex-ministro José Dirceu e o deputado José Genoíno.

Ontem, ao votar nas eleições do PT, Dirceu afirmou que o Brasil sabe de sua inocência no processo do mensalão. Ele é apontado como chefe do esquema de compra de apoio político no Congresso e desvio de dinheiro público no governo Lula, que veio à tona em 2005. O ex-ministro foi

condenado a dez anos e dez meses de prisão por corrupção ativa e formação de quadrilha. “O Brasil sabe que eu sou inocente e eu espero que o Supremo faça justiça, inclusive com relação ao mérito. Nós fomos condenados no mérito, não é só uma questão de redução de pena. E sendo inocentes”, disse.

1 1 NOV 2013

GAZETA DO POVO

Notas Políticas

No papel

Os ministros do Supremo Tribunal Federal decidiram por unanimidade que é inconstitucional a impressão de votos pela urna eletrônica para conferência do resultado das eleições. A impressão começaria em 2014. Em julgamento de um processo apresentado pelo Ministério Público, a corte entendeu que a impressão abre brecha para a identificação dos votos dos eleitores.

1 1 NOV 2013

GAZETA DO POVO

Polícia 1 **Coluna do leitor**

Tenho dois filhos policiais, e que também têm filhos; todos os dias peço a Deus que os abençoe e para que voltem a suas famílias. Erros acontecem todos os dias, a exemplo dos mostrados na matéria (**Gazeta**, 10/11), mas os policiais na rua, em sua grande maioria, estão defendendo o direito que a Constituição lhes assegura, que é o da legítima defesa. Há um ditado que diz: não fale de um homem sem ao menos ter dado alguns passos com seus sapatos.

Maria Lezita Vieira Alves

Polícia 2

É a velha mania de sociólogos brasileiros querendo fazer comparações entre a polícia brasileira, num país onde as leis são uma plada, com as americanas, onde há leis severas. Deveriam colocar na mesma reportagem o número de policiais que perderam a vida nesses confrontos. Sem a polícia, esse país seria um caos total.

Cristiano Alessio

Polícia 3

Vemos cada vez mais despreparo ou falta de liderança na polícia. Isso virou mais um meio político de resolver as coisas do que cientificamente e com estudo. Mais violência significa uma polícia burra, obsoleta, que não sabe defender sua população, mas se defender. É culpa deles? Não; no Brasil todo não há políticas públicas voltadas a uma segurança de mais qualidade, começando pelos homens escolhidos para exercer essas funções. Faltam mais peritos para mais eficiência.

Maria Stephan

BENETT

POLÍCIA MILITAR



INDÚSTRIA E COMÉRCIO

TJPR instala Comitê de Gestão Estratégica

1 1 NOV 2013

mente, nos meses de fevereiro, maio, agosto e novembro, por convocação do presidente do Tribunal.

Na oportunidade, o Núcleo de Estatística e Gestão Estratégica (NEGE) apresentou a metodologia BSC (Balanced Scorecard) de gestão da estratégia – adotada pelo CNJ e pelo TJPR –, o Escritório de Projetos Estratégicos Institucionais que se encontra em implantação e, ainda, sobre as Reuniões de Análise da Estratégia – RAEs, as instâncias de deliberação do Comitê de Gestão Estratégica.

Dentre as principais deliberações do Comitê tomadas na reunião de instalação, está a determinação para a revisão e atualização do Planejamento Estratégico Institucional para o período 2015-2019 - contemplada a participação de magistrados e servidores, das áreas administrativa e judicial nas análises e na elaboração do Plano -, a revisão e atualização da Metodologia de Gerenciamento de Projetos do TJPR, sua disseminação e implantação e, ainda, a priorização de ações estratégicas com foco na estruturação do 1º. grau de jurisdição, como a contratação de servidores remanescentes de concursos em vigência.

Ainda esse mês, em Belém/PA, será apresentado o Mapa Estratégico nacional, no VII Encontro Nacional do Judiciário e contará com a presença dos integrantes do Comitê do TJPR.

Em reunião realizada na manhã da última quarta-feira (6/11) no gabinete da Presidência, foi instalado oficialmente, pelo presidente do TJPR, desembargador Guilherme Luiz Gomes, o Comitê de Gestão Estratégica, em atendimento à Resolução 70/2009 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

O Órgão Especial desta Corte já havia aprovado a Resolução 17/2009, que dispõe sobre o Comitê, sua composição e competência, que trata da deliberação sobre questões relativas à formulação, execução, controle e revisão da estratégia institucional, especialmente por meio do acompanhamento de indicadores, metas e projetos estratégicos.

Na reunião foram apresentadas as propostas, a equipe que compõe o Comitê, além da definição das próximas reuniões ordinárias de análise da estratégia, que ocorrerão trimestral-



Dentre as principais deliberações do Comitê, está a determinação para a revisão e atualização do Planejamento Estratégico Institucional para o período 2015-2019, a revisão e atualização da Metodologia de Gerenciamento de Projetos do TJPR e a priorização de ações estratégicas com foco na estruturação do 1º. grau de jurisdição

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARANÁ

Curitiba recebe o II Encontro Nacional de Execução Penal

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) realizou, em Curitiba, na última quinta-feira (7/11) o II Encontro Nacional de Execução Penal. O objetivo é discutir a reforma da Lei de Execução Penal (Lei n. 7.210/1984) e as alternativas ao sistema prisional brasileiro. O evento é realizado em parceria com o Tribunal de Justiça do Paraná (TJPR).

A abertura do encontro, que aconteceu às 9h, no Hotel Mabu, foi realizada pelo conselheiro do CNJ, Guilherme Calmon, que agradeceu a presença dos membros do judiciário paranaense e de todos os participantes que têm suas funções relacionadas ao sistema de execução penal. O conselheiro fez menção especial aos trabalhos do juiz auxiliar da presidência do CNJ, responsável pelo evento, Douglas de Melo Martins, assim como à desembargadora do TJPR, Denise Krüger Pereira, a quem coube a organização do Encontro.

Guilherme Calmon disse que sua vinda ao Paraná não é apenas para realizar o encontro, mas também trazer a este evento as polêmicas, as perplexidades e as questões que envolvem todo o sistema judicial, o Ministério Público do Paraná, a Defensoria Pública, Advogados Privados, e o Poder Legislativo. Todos aqueles que se preocupam e de fato tem suas missões no sistema de execução penal. “Temos verificado problemas cada vez mais sérios no que tange à execução das penas. Hoje não é uma questão só jurídica, é uma questão política e social. Toda a sociedade está sofrendo efeitos, passando por uma série de obstáculos por causa do atual funcionamento do sistema penal”. E enfatizou: “É preciso uma efetiva atuação daqueles que têm atribuições nessa área. É preciso uma mudança de 180 graus”.

O presidente do TJPR, desembargador Guilherme Luiz Gomes disse sentir-se extremamente honrado, juntamente com os demais desembargadores, em colaborar com o CNJ para debater relevantes temas. “Para o Paraná é uma honra receber o Conselho Nacional de Justiça. Agradeço a parceria com o CNJ e, juntos, vamos buscar soluções para todas as questões de interesse da sociedade, no caso específico, o da execução das penas. Estamos sempre dispostos e abertos ao diálogo. Temos um compromisso de uma gestão transparente e ética”, finalizou o desembargador.

Na sexta-feira (8/11), magistrados e outros integrantes do sistema de Justiça debateram aspectos específicos da execução penal, como Regime Disciplinar Diferenciado (RDD), Justiça Restaurativa e Medidas de Segurança.

1 1 NOV 2013

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

**Juiz Fábio Haick
Dalla Vecchia
toma posse como
desembargador**

1 1 NOV 2013

O juiz substituto em Segundo Grau Fábio Haick Dalla Vecchia tomará posse como desembargador do Tribunal de Justiça do Paraná nesta terça-feira (5/11), às 17 horas, na sala desembargador Clotário Portugal, 12º andar do edifício anexo do Palácio da Justiça.

O novo desembargador foi escolhido pelo critério de merecimento, na sessão administrativa do Pleno do dia 21 de outubro. O magistrado ocupará a vaga do desembargador Augusto Lopes Côrtes, falecido no mês de setembro.

Natural de Guarapuava, Fábio Vecchia ingressou na magistratura do Paraná, como juiz de Direito substituto, em dezembro de 1992 na Seção Judiciária de Bela Vista do Paraíso.

Fábio Haick Dalla Vecchia toma posse como desembargador do Tribunal

O novo desembargador do Tribunal de Justiça do Paraná, Fábio Haick Dalla Vecchia tomou posse nesta terça-feira (5/11), na sala desembargador Clotário Portugal, 12º andar do edifício anexo do Palácio da Justiça.

A solenidade foi conduzida pelo Presidente do TJPR, desembargador Guilherme Luiz Gomes, que saudou o novo desembargador dizendo ter certeza que irá continuar a honrar a magistratura paranaense, "e que nesta caminhada continuará a prestar relevância ao poder judiciário do Estado do Paraná".

O desembargador Fábio Dalla Vecchia iniciou seu discurso invocando a proteção de Deus na continuidade de sua carreira. Lembrou a época em que ingressou na magistratura paranaense em 1992 e sua trajetória até chegar ao cargo de desembargador. "Durante todos esses anos de atividade judicante, nunca me senti cativo da solidão que habita a consciência do magistrado no momento de julgamento. O apego aos livros e o amor aos estudos foram um norte para mim", afirmou.

O magistrado, que ocupará a vaga aberta pelo falecimento do desembargador Augusto Lopes Côrtes, fez questão de citá-lo como exemplo. "Augusto Lopes Côrtes sempre foi, para mim, exemplo de homem íntegro, um magistrado sempre voltado para a prática de atos a elevar

o nome do Poder Judiciário. Daí porque sua ausência é por demais sentida."

Em nome dos advogados do Paraná, o advogado Carlyle Popp lembrou a época dos bancos universitários onde conheceu o empossado e destacou sua dedicação ao estudo, à seriedade e correção com que encarava as vicissitudes do dia a dia.



1 1 NOV 2013

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Membros do Núcleo de Recursos Repetitivos do STJ realizam visita técnica no TJPR

O 1º vice-presidente do TJPR, desembargador Paulo Roberto Vasconcelos, recebeu na tarde de quinta-feira (7/11) em seu gabinete, os membros do Núcleo de Recursos Repetitivos (NURER) do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que vieram realizar visitas técnicas em alguns departamentos do Tribunal.

Os visitantes estiveram no Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação do TJPR, no Núcleo de Recursos Repetitivos (NURER) e na Assessoria de Recursos do Tribunal.

Comarca de Arapoti completa 25 anos de instalação

A comarca de Arapoti, localizada no norte pioneiro do Paraná, comemora 25 anos de instalação nesta terça-feira, dia 5 de novembro. Criada pela Lei nº 8.623 de 8 de dezembro de 1987 registrou sua instalação oficial em 5 de

novembro de 1988.

O desembargador Salvatore Antoni Astuti foi, o primeiro juiz titular da comarca e é com boas lembranças que a ela se refere. "Foi extremamente gratificante trabalhar onde tive a oportunidade de iniciar a comarca do ponto zero.

De entrância inicial e com vara única, a comarca é composta apenas pelo município sede que tem uma população de 25.856 habitantes (IBGE-Censo 2010). Mais de sete mil processos estão em andamento no Fórum.

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

**Aroldo
Murá**

OPINIÃO DE VALOR

1 1 NOV 2013

DEMETERCO APONTA GRAVE ERRO EM LIVRO SOBRE O NAZISMO

Em correspondência à coluna, o desembargador do TJ-PR, Antenor Demeterco Jr exercita mais um vez seu talento privilegiado de conhecedor da História contemporânea. Desta vez, assinala, com a competência de sempre, erros clamorosos num livro interessante e oportuno. A seguir:

Caro Aroldo:

A leitura do livro “O Império de Hitler – A Europa sob o Domínio Nazista”, de Mark Mazower, professor de história da Universidade Columbia, Nova Iorque, é extremamente interessante, pois narra a brutalidade nazista em cada país sob ocupação durante a Segunda Guerra Mundial.

O extermínio judaico teve o primeiro estágio e início, na realidade, em 1933, com a assunção de Adolf Hitler ao poder, e afastamento de judeus (inclusive dos nacionais alemães) de empregos públicos, de certas profissões, de casamentos inter-raciais, privações de nacionalidade, proibição de frequência a certos lugares, boicotes, imigrações impostas, destruição de sinagogas com morticínios, etc. A eliminação física do Povo Judeu foi a culminância do monstruoso processo operado durante a guerra.

Adolf Hitler e seus partidários atraíram para o Povo Alemão o ódio universal, devido aos atentados à Civilização que praticaram.

O secretário do Tesouro do Presidente Roosevelt, de nome Henry Morgenthau Jr. (1891-1967), propôs um plano que levava seu nome, para a Alemanha do pós-guerra.

De tal plano gotejava, em abundância, a vingança.

A Alemanha seria transformada num país agropastoril, em uma comunidade pastoral, com o desmantelamento de seu parque industrial e rebaixamento de seu nível de vida.

O PLANO MARSHALL

Felizmente prevaleceu a razão, e tal plano foi desprezado.

Foi introduzido, na sequência, o Plano Marshall (1947), para a

Europa devastada pela aventura alemã, visando que as economias recuperassem seu ritmo de produção industrial.

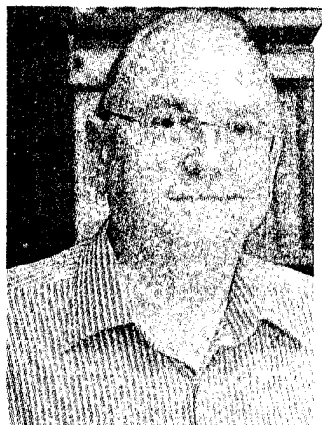
O mundo não poderia dispensar a economia de uma pujante Alemanha democrática.

O autor do livro sobre o império de Hitler, equivocou-se ao mencionar o plano vingativo, pois deu-lhe como proponente o alemão Hans Joachim Morgenthau (1904-1980), e não o americano Henry Morgenthau Jr. (1891-1967), cf. fls. 608 e 784 da obra.

Hans, em verdade, foi um ilustre professor pioneiro no campo de estudos da teoria das Relações Internacionais, nascido em Coburgo, Alemanha, com atuação em diversas universidades europeias, inclusive, posteriormente, em Chicago, Estados Unidos (1943-1971).

Henry Morgenthau Jr. e seu “plano meio doido”, impressionaram por certo tempo Roosevelt e Churchill (in “Churchill”, de Lord Roy Jenkins, reitor de Oxford, p. 693-694).

A confusão entre os dois personagens é imperdoável e merece correção. Estou encaminhando cópia desta à Editora Schwarcz S/A, que acredito lhe fará uso.



Antenor Demeterco Jr.

1 1 NOV 2013

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Joaquim Barbosa fará abertura do VII Encontro Nacional do Judiciário

O presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Joaquim Barbosa, fará a abertura do VII Encontro Nacional do Judiciário, que ocorrerá nos dias 18 e 19 de novembro, em Belém/PA. O evento deve reunir presidentes, corregedores, gestores e responsáveis pela área de gestão estratégica de todos os tribunais do País.

A abertura do encontro será às 19h30 do dia 18, no Hangar do Centro de Convenções de Belém. Participará também da abertura a presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA), desembargadora Luzia Nadja Guimarães Nascimento, além de outras autoridades. Em seguida, os participantes posam para a foto oficial do evento e tomam parte em um coquetel de boas-vindas.

O evento continuará na manhã do dia seguinte, a partir de 9h30, com palestras temáticas e reuniões setoriais entre os membros de cada ramo da Justiça e também corregedores de tribunais. Às 17 horas haverá o anúncio das Metas Nacionais para 2014 e dos Macrodesafios do Poder Judiciário para o período de 2015 a 2020. Às 18 horas, o ministro Joaquim Barbosa participará também do encerramento do evento.

Profissionais de imprensa que pretendam cobrir o VII Encontro Nacional do Judiciário precisam se inscrever com antecedência. O cadastramento deve ser feito aqui.

No formulário, são informados o nome, o veículo de comunicação para o qual o jornalista fará a cobertura, o número de seu registro profissional, o telefone e o e-mail de contato.

09 NOV 2013

FOLHA DE LONDRINA

MP em Apucarana acusa procuradores de improbidade

Denunciados teriam orientado servidores da Câmara nos depoimentos para não prejudicar Alcides Ramos

Luis Fernando Wiltemburg
Reportagem Local

O Ministério Público (MP) de Apucarana (Norte) protocolou ação contra o ex-presidente da Câmara de Vereadores Alcides Ramos Júnior (DEM) e os três procuradores do Legislativo em 2012 por improbidade administrativa. O processo foi protocolado na última terça-feira.

O MP acusa o ex-procurador geral da Câmara Henrique Orlando Gasparotti e os procuradores de carreira Anivaldo Rodrigues da Silva Filho e Petrônio Cardoso de, mesmo sendo funcionários da Câmara, promoverem orientação jurídica a Alcides e a servidores da Casa de Leis, durante as investigações da promotoria no ano passado.

Além dessa, Alcides já responde a cinco ações por improbidade administrativa e duas criminais da época em que foi presidente do Legislativo, entre 2011 e 2012. A promotoria o acusa de desvio de dinheiro público e uso de servidores para atender interesses pessoais.

A ação mais recente do MP indica que os procuradores orientavam os servidores chamados para dar depoimento durante as investigações de

modo a não prejudicar Alcides. A promotoria entende que, como a função dos procuradores é atuar em defesa dos interesses do Legislativo, houve desvirtuamento ao atender os interesses pessoais do ex-presidente.

No processo, o promotor Eduardo Augusto Cabrini também cita que os procuradores eram utilizados pelo então presidente para atendimentos jurídicos a eleitores, conforme consta em ação eleitoral na qual é acusado de captação ilícita de votos.

Ex-procurador geral da Câmara por dez anos, Henrique Gasparotti afirma que o MP não foi honesto e que houve desvirtuamentos da promotoria em alguns depoimentos. Acompanhei servidores a pedido deles próprios e, em alguns casos, iam para delatar o presidente", conta.

Ele nega ter orientado as testemunhas em relação aos depoimentos, mas sobre comportamento perante a promotoria. "Até porque muita gente tem medo do MP e a gente desmistificava isso."

O ex-procurador também diz que não fazia atendimentos jurídicos a eleitores, orientando-os, quando necessário, a procurar assistência nos escritórios de

apoio das faculdades de Direito que funcionam na cidade. "Estou sereno (quanto as acusações), mas aborrecido e constrangido", desabafa.

A FOLHA procurou Anivaldo Rodrigues na Câmara, no escritório particular e por celular, mas ele não retornou as ligações. Procurado na Prefeitura de Rolândia – onde atua cedido –, em seu escritório e por celular, Petrônio Cardoso também não retornou os chamados. Alcides Ramos também não atendeu.

09 NOV 2013

FOLHA DE LONDRINA

LUIZ GERALDO MAZZA

Nepotismo

Nepotismo sempre foi prática brasileira e que encontrava seu melhor espaço no Judiciário: uma das questões avaliadas pelo corregedor do CNJ, Francisco Falcão, afóra a da eficiência, se fixou nesse item. O corregedor do TJ, Fabrício de Mello Pinto, disse que houve denúncia de 30 casos, nem todos confirmados: o pai dele, também desembargador, à época aposentado e secretário de Justiça, denunciou o presidente e o vice, em plena revolução, por terem facilitado a designação de respectivos familiares para cartórios e ambos acabaram afastados.

INFORME FOLHA

Genoino e Chico Buarque

O deputado licenciado José Genoino (PT-SP) enviou ontem ao Supremo Tribunal Federal (STF) um recurso contra sua condenação no processo do mensalão. Em 25 páginas, sua defesa cita Chico Buarque e chama de ingênuo quem acreditou na história de compra de apoio parlamentar no primeiro governo de Luiz Inácio Lula da Silva. "Por maior respeito que se tenha por aqueles que ingenuamente acreditaram na maior ficção da história brasileira, a estória do mensalão - urdida pelo maligno rancor de Roberto Jefferson (...) fato é que reuniões entre presidentes de partidos visando apoio ao governo não constitui, por óbvio, a prática de qualquer ilícito", diz trecho do recurso. Repleto de palavras de ordem, a defesa de Genoino intercalou frases de efeito sobre a inocência do deputado com versos da música "Cancion por la unidad latinoamerica", de Chico Buarque e Pablo Milanés.

'Pecha de Bandoleiro'

"José Genoino Neto não merece a pecha de bandoleiro. José Genoino Neto não integra quadrilha. José Genoino Neto, sem favor algum, merece absolvição", diz o recurso pouco depois de citar trecho da "Cancion".

09 NOV 2013

FOLHA DE LONDRINA

Caso de sonegação de Belinati pode prescrever

Edson Ferreira

Reportagem Local

Além das prescrições de penas em mais de 30 ações criminais que correm no Fórum de Londrina, oriundas do escândalo de desvio de verbas públicas conhecido como "Ama-Comurb", o ex-prefeito Antonio Casemiro Belinati (PP) também pode ficar isento de eventual punição na Justiça Federal em ação penal que apura suposta sonegação fiscal. O processo em questão tramita há mais de dez anos, e conforme apurou a reportagem, a suposta sonegação chegaria a um valor estimado de R\$ 200 mil.

Quando exercia o seu último mandato de prefeito de Londrina, de 1997 a 2000, Belinati teve movimentações na conta bancária que não estariam de acordo com a renda. Constatada a divergência pela Receita Federal, o órgão cobrou explicações e emitiu guia para recolhimento da diferença de imposto de renda. Por não ter sido paga, foi enviada representação contra o ex-prefeito para o Ministério Público Federal (MPF). A ação penal foi apresentada à Justiça em 2003.

O advogado Antonio Carlos de Andrade Vianna, que defende Belinati em todas as ações na área criminal, negou que os valores divergentes no processo sobre suposta sonegação tenham origem ilícita. "Foram feitas

diversas diligências mas não se constatou isso. A acusação contra Belinati é de sonegação fiscal, não há nada de enriquecimento ilícito ou corrupção."

De acordo com Vianna, por ter completado 70 anos recentemente – dia 25 de outubro – o prazo de prescrição cai pela metade. Ele informou que a defesa não vai se movimentar no sentido de garantir a redução. "Isso compete ao juiz, que poderá analisar durante o processo ou tudo na sentença." Vianna não soube dizer se o processo está perto do desfecho.

Pela pesquisa feita no portal da Justiça Federal do Paraná, houve interrupções, algumas de até dois

anos, no andamento da matéria. "Houve erros formais, mais tarde corrigidos, voltando à tramitação."

Neste tipo de ação penal, o pagamento do valor em discussão pode encerrar a investigação. Mas esta não foi a opção do ex-prefeito. Segundo o advogado, o fato é discutido numa outra ação civil pública, "onde é argumentado que a movimentação financeira por si só não é renda e, se não é renda, não gera o tributo". A FOLHA procurou o MPF, mas nenhum procurador quis falar sobre o caso. A assessoria de imprensa informou que, por se tratar de ação antiga, não tinha acesso à denúncia apresentada à Justiça e, portanto, não poderia dar mais detalhes.

'Não há nada de enriquecimento ilícito ou corrupção'

1 0 NOV 2013

FOLHA DE LONDRINA

CLAUDIO HUMBERTO

Conforto e alto luxo, a tônica nos três poderes

Contrário ao discurso de cortes de gastos, gabinetes do Judiciário, do Legislativo e do Executivo exibem mobiliário moderno, com conforto e até luxo para autoridades. A fim de manter o alto padrão da decoração, os três poderes devem gastar ainda este ano R\$ 1.412.469,44 com vasos ornamentais, sofás e cortinas, televisores de 60 polegadas e até um glamoroso tapete vermelho alugado por conta do contribuinte.

Carrinho

Entre gastos curiosos estão R\$ 209 mil reservados ao deslocamento de ministros do Supremo Tribunal Federal no Rio; em carros blindados.

O controlador

Em único edital, o Tribunal de Contas da União prevê gastar R\$ 6,1 milhões só na compra de mesas de escritórios, gaveteiros, armários...

Traseiros bem tratados

Reformado em 2010, o Palácio do Planalto torrou R\$ 3 milhões em 150 cadeiras, 102 poltronas, 16 sofás e 54 mesas de designers famosos.

FOLHA DE LONDRINA

INFORME FOLHA

10 NOV 2013

Títulos cancelados

Mais de dois meses depois do encerramento da revisão biométrica em Londrina, o Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do Paraná concluiu o processo de cancelamento de títulos eleitorais de quem não se recadastrou. Desde quarta-feira, ao acessar o seu cadastro pela internet, o eleitor faltante de Londrina e Tamarana é avisado na tela que a inscrição está cancelada. Para ter direito a votar no ano que vem, é preciso ir até o Fórum Eleitoral até maio de 2014. De acordo com os números do TRE, o eleitorado da cidade encolheu 17%, com o cancelamento de 60.532 títulos com a revisão biométrica. Hoje, cerca de 315 mil londrinenses estão aptos a votar pelo sistema biométrico.

Mensalão na pauta

O Supremo Tribunal Federal deve analisar durante a semana dois tipos de recursos dos réus do mensalão. Além dos pedidos de esclarecimento sobre a decisão tomada na segunda etapa do julgamento, encerrada em setembro, o presidente do STF, Joaquim Barbosa, quer discutir os pedidos de reanálise de condenações feitas por réus que, em tese, não têm direito a essa alternativa. A possibilidade de pedir a revisão das condenações surgiu há dois meses, quando os ministros decidiram em votação apertada que os réus que receberam pelo menos quatro votos a favor de suas absolvições poderiam apresentar outro recurso - os chamados embargos infringentes.

Se rejeitados...

A expectativa é que o presidente do STF rejeite esses pedidos, assim como os de esclarecimento sobre a decisão tomada em setembro, os chamados embargos de declaração. A palavra final será do plenário. Se os demais ministros seguirem Barbosa e rejeitarem os pedidos para revisão de condenações dos réus sem quatro votos pela absolvição, o processo para alguns dos condenados poderá ser encerrado. Com isso, o STF poderá determinar o início do cumprimento das penas.

Se aceitos...

Se os recursos forem aceitos, eles serão enviados ao ministro Luiz Fux, relator dos embargos infringentes, que só deverá colocá-los em votação em 2014, junto com os apresentados por réus como José Dirceu e José Genoino, que obtiveram quatro votos pela absolvição no crime de formação de quadrilha.

Thiago Nassif

Lançamento

O professor doutor Luiz Regis Prado lança o livro "Tratado de Direito Penal Brasileiro", dia 19, às 19h30, na sede da OAB Londrina. Em nove volumes, a obra é destinada a profissionais e estudantes de Direito.

1 0 NOV 2013

FOLHA DE LONDRINA

PROTESTOS NAS RUAS

'Não há nada de anarquismo nos black blocs'

Para professor, mascarados se apropriam de
elementos ideológicos "de forma confusa"

ENTREVISTA

Bianco Zalmoro Garcia
Filósofo



*A agressividade
provoca a rejeição da
sociedade e isto dá
força para a repressão*

*Eles não estão ali
por determinada causa,
mas sim para promover
o confronto e depredar*

CONTINUA

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

Celso Felizardo
Reportagem Local

10 NOV 2013

Eles esvaziaram as ruas com protestos violentos. As roupas pretas e os rostos cobertos são características comuns aos black blocs, os blocos negros, em português. O coletivo que absorveu o nome do grupo criado nos Estados Unidos, em 1991, usa a internet como o principal meio para se comunicar e trocar informações. Na página Black Bloc Brasil, no Facebook, eles compartilham imagens de protestos e até manuais sobre como se comportar em manifestações. Carregam símbolos anarquistas com apologia à desobediência civil e atacam símbolos do capitalismo. O doutor em Filosofia da Educação e professor da Universidade Estadual de Londrina (UEL) Bianco Zalmoro Garcia garante: "Os black blocs não têm nada de anarquistas".

Segundo o professor, o que ocorre é uma distorção de ideologias que se resume em um quebra-quebra gratuito. O especialista aponta que o grupo radical veio na esteira de um movimento legítimo, enfraquecido por conta da violência.

Segundo pesquisa divulgada recentemente, pela Confederação Nacional dos Transportes (CNT) em parceria com o instituto MDA, 93,4% dos brasileiros não concorda com a ação dos black blocs. Ao mesmo tempo, 81% da população aprova os protestos pacíficos.

A presença dos black blocs é registrada em vários protestos e por diferentes causas. Como eles surgiram e o que reivindicam?

O Black Bloc não é um grupo institucionalizado, mas sim

uma tática. Uma ideia importada, que tem articulação virtual pela internet. Eles vão se identificando por pressupostos, com ideais anarquistas, mas não se pode dizer que se trata do movimento anarquista. Os black blocs não fazem identificação ideológica, apenas se apropriam de elementos ideológicos de uma forma confusa. Não há o estudo de autogestão da sociedade, apenas a destruição. No Brasil, surgiram na esteira dos movimentos sem partido, sem bandeira, como o Passe Livre e Vinte Centavos, catalisadores de manifestações bem maiores. Eles não estão ali por determinada causa, mas sim para promover o confronto com a polícia, depredar bens públicos e alheios.

Pesquisa recente apontou que 93,4% dos brasileiros apolam protestos, mas rejeitam os black blocs. Não seria um contrassenso o grupo protestar em nome do povo que o teme?

Eles não protestam em nome do povo. São um grupo à parte das manifestações. Se aproveitam deste veio, do anonimato, da falta de lideranças nos movimentos. Neste cenário, apareceram não somente os black blocs, mas outros oportunistas que fazem sua manifestação paralela. Nota-se que os verdadeiros manifestantes, estudantes, jovens, trabalhadores, não tinham por intenção o enfrentamento. Na verdade, a insatisfação pegou o Estado de surpresa. Enquanto a população continuou protestando pacificamente contra a truculência policial, os radicais desencadearam os confrontos e a baderna baseados em ideais atrasados e retrógrados.

A alegação dos black blocs é que a desobediência violenta é uma reação à violência que recebem todos os dias pelo Estado. É possível haver legitimidade nestas ações?

A tática Black Bloc acredita que a sociedade é formada por pessoas conservadoras, incapazes de promoverem mudanças. Para isso, se apoiam no ato de desobediência civil, previsto e garantido pela Constituição. Mas quais são os limites? Acredito que eles ultrapassam o limiar quando colocam vidas em risco. A depredação constante do patrimônio público e instituições financeiras dá margens para os saques. O saqueamento descharacteriza o ideal anarquista. Dentro da história do anarquismo até houve saques, mas em outro contexto, de crise econômica, fome. E até naquela época apareciam os aproveitadores, aqueles que saqueavam uísque, por exemplo. Os oportunistas são sempre identificados nestas situações. Não podemos afirmar que os black blocs são saqueadores, mas, com toda certeza, se aproveitaram das manifestações.

CONTINUA

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

O movimento começou nos Estados Unidos, ganhou força no Egito, país com histórico de confrontos violentos. No Brasil é novidade. Como lidar com isso? Enquadrá-los em Lei de Segurança Nacional resolve?

10 NOV 2013

A violência pegou a todos de surpresa. Ainda não há estratégia definida sobre como agir. Mas o que se pode ressaltar é que a postura não tem respaldo, portanto a agressividade provoca a rejeição da sociedade e isto dá força para a repressão, inclusive a tipificação dos atos na Lei de Segurança Nacional. Em um grupo de manifestantes, quem não concorda com vandalismo deita no chão. Isso os black blocs jamais fariam, a não ser para confundir a polícia. A atitude de submissão não faz parte. A postura deles é de enfrentamento. Isto cria confusão e tem que ser combatido. O estado democrático de Direito não pode tolerar.

Em junho, milhares lotaram as ruas das principais cidades do País nas manifestações. Meses depois, o "gigante voltou a dormir". Os grupos radicais enfraqueceram o movimento?

Historicamente, há uma tendência natural de recuo após a revolta inicial, mas, com certeza, a agressividade assustou quem protestava. Infelizmente o coro das reais necessidades do País foi abafado por bombas caseiras, vidraças quebradas, pessoas feridas. A juventude brasileira de classe média não está acostumada com esta postura. É necessário que haja aprofundamento nas questões sociais para reivindicar com conhecimento e não apenas por protestar.

1 1 NOV 2013

FOLHA DE LONDRINA

CLAUDIO HUMBERTO

Justiça azulejada

A reforma do gabinete de 100 metros quadrados de um ministro do Superior Tribunal Militar, por quase R\$ 47 mil, dá cócegas de razão ao ministro Joaquim Barbosa, crítico da existência de Justiça Militar.

OPINIAO DO LEITOR

Questão racial

Partindo-se dos ensinamentos cristãos e do princípio constitucional de que todos somos irmãos e de que todos somos iguais perante à lei, não vejo nenhuma imprescindibilidade do feriado do Dia da Consciência Negra e muito menos do sistema de cotas para ingresso em concursos públicos ou em instituições de ensino superior. Tudo isso soa muito mais como esmola do que um reparo às injustiças outrora cometidas contra os negros.

LUIZ ALBERICO PIOTTO (servidor público) - Cambé

1 1 NOV 2013

BEMPARANÁ

Conciliação

TJ-PR se prepara para 8ª Semana

O Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (TJ-PR) se prepara para a 8ª Semana Nacional da Conciliação, que acontecerá nos dias 2 a 6 de dezembro. O Movimento pela Conciliação, desenvolvido pelo Conselho Nacional

de Justiça (CNJ), em parceria com todos os Tribunais do país, tem por objetivo disseminar a cultura da paz e do diálogo, desestimular condutas que tendem a gerar conflitos e proporcionar às partes uma experiência exi-

tosa de conciliação.

No ano passado, o Paraná teve 5.092 processos inseridos na Semana Nacional da Conciliação. Neste ano, até o momento são 6.644 processos que serão levados para a conciliação.

1 1 NOV 2013

BEMPARANÁ

KARLOS
KOHLBACH

MPF de olho em André Zacharow

O Ministério Público Federal investiga a suspeita de que o deputado federal André Zacharow (PMDB) omitiu despesas na campanha eleitoral de 2010 e ainda utilizou a Sociedade Evangélica Beneficente de Curitiba (SEB), mantenedora do Hospital Evangélico, para a "prática de conduta criminosa". O peemedebista foi presidente da SEB por 20 anos. A denúncia partiu de Alexandre Lubachevski – que foi auxiliar administrativo da SEB e trabalhou na campanha de Zacharow. Ele entrou com um processo na 3ª Vara do Trabalho de Curitiba contra o deputado e a SEB. A Justiça do Trabalho, Lubachevski afirma que "era obrigado a emitir notas de material de campanha eleitoral com valor menor para manipular os gastos de campanha do parlamentar". E que "recrutava pessoas (do hospital) para trabalhar na campanha eleitoral do parlamentar e essas pessoas distribuíam santinhos, seguravam bandeiras do candidato nas esquinas e panfletavam. E para justificar a ausência destas pessoas em seus respectivos empregos, o Diretor do Hospital Evangélico de Curitiba emitia atestado médico".

"Indícios de crime eleitoral"

O depoimento do ex-funcionário chamou a atenção do MPF, que requereu ao Supremo Tribunal Federal, cópia do processo que tramita na 3ª Vara do Trabalho de Curitiba e que Lubachevski seja ouvido pela Polícia Federal. O MPF afirma que "há fundados indícios de prática de crime eleitoral". No dia 7 de outubro, o ministro do Supremo, Celso de Mello, deferiu o pedido do MPF e deu prazo de 120 dias para que a PF cumpra as diligências.

1 1 NOV 2013**BEMPARANÁ****Aperto**

Uma empresa foi condenada ao pagamento de R\$ 10 mil a um ex-funcionário por obrigá-lo a preencher um formulário para autorizar a sua ida ao banheiro. A decisão é da 3ª Turma do TST.

Responsabilidade

Montadora de veículo responde solidariamente pela inadimplência da concessionária que vende e não entrega o veículo ao consumidor. O entendimento é da 4ª Turma do STJ.

Justa causa

A adulteração de atestado médico é conduta desonesta e imoral, quebra a confiança entre empresa e empregado e justifica a demissão por justa causa. O entendimento é da 2ª Turma do TST.

Simpósio

Acontece nos dias 13 e 14 de novembro, em Fortaleza, o I Simpósio de Direito Previdenciário do Nordeste. O evento é promovido pelo Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário e OAB/CE. Inscrições no site www.ibdp.org.br.

Pré-datado

A apresentação antecipada de cheque pré-datado é descumprimento contratual, mas não gera dano moral. A decisão é da 4ª Câmara de Direito Civil do TJ de Santa Catarina.

Duas mães

Um casal homossexual feminino obteve o direito de registrar o filho biológico de uma delas como tendo duas mães. A decisão é do juiz da 6ª Vara Especializada de Família e Sucessões de Cuiabá.

Foro íntimo

Membro do MP pode se declarar suspeito por motivo de foro íntimo sem precisar expor as razões do seu ato. O entendimento é do Plenário do Conselho Nacional do MP.

Dupla jornada

Não há impedimento legal para que um servidor público também trabalhe como taxista. O entendimento é da 2ª Câmara de Direito Público do TJ de Santa Catarina.

Palestra

O curso de Pós Graduação da Academia Brasileira de Direito Constitucional (ABDCONST) convidou o especialista na área, James Marins, para tratar da Teoria Geral do Processo Tributário. A palestra será na próxima terça-feira (12), a partir das 18h30, na sede da entidade: Rua XV de Novembro, 964 - 2º andar. Informações no site www.abdconst.com.br.

09 NOV 2013

FOLHA DE S. PAULO

Limites do poder público

WALTER CENEVIVA

Parece que o direito da população foi engolfado pela transformação da modernidade

A CONSTITUIÇÃO é clara no art. 2º, ao dizer que os Poderes que nos governam são Legislativo, Executivo e Judiciário. A clareza fica prejudicada quando se faz necessário verificar quando e como os preceitos constitucionais são aplicáveis, de poder a poder, a benefício da coletividade.

Não é certo, repassada a história recente, que a direção adotada pelos componentes do poder legal se ajuste às mudanças da vida, no dia a dia da atuação dos poderes. É frequente o mau uso de sua independência, até para garantir a harmonia imposta pela Carta. Atuam sem aprofundar o essencial de suas funções, no cumprimento de seu dever essencial.

Trecho expressivo da nossa Carta assegura que todo poder emana do povo. Deve nascer de sua voz majoritária, mas não nasce, pois a atuação do conjunto dos três poderes, ou individual de cada um deles, não alcança a plenitude da tarefa. Nem há certeza de que entre os titulares dos poderes e de suas equipes seja majoritária e firme a informação a respeito do que lhes caiba realizar, individualmente ou em conjunto.

Falta a plena satisfação da responsabilidades de cada segmento, nos meandros a serem superados. Passa pelas injunções do Executivo, de apreciação imperativa do Judiciário, nos termos da lei gerada pelo Legislativo. Examinada a plenitude dos exercentes do poder, constata-se hoje que alguma coisa anda mal. Parece que o direito da população foi engolfado pela transforma-

ção da modernidade, sem precedentes na velocidade das mudanças e na variedade das ações contrárias.

As leis aplicáveis estão em processo de constante mutação. Seu reajustamento ininterrupto dificulta a aplicação útil. Deixam em dúvida a capacidade, os vínculos e o conhecimento dos legisladores e dos aplicadores, nas alterações de leis sucessivas, frequentemente contraditórias. Chega-se ao desânimo profundamente negativo. O pessimismo só agrava desacertos e omissões.

As curvas na história da humanidade, sempre geraram confusões. A novidade do século 20 se caracterizou pela mutação decorrente da urbanização quase total e da transformação radical do mercado de trabalho. Neste, a participação feminina está em cada segmento da vida, em conjunto, como o dado humano fundamental da rápida transformação. Antes do século 20 nada houve que se compare.

Parece impossível fazer a avaliação integral deste novo espaço em que vivemos, sem nenhuma semelhança com o mundo transformado no último século. Um exemplo extremado vem da Arábia Saudita onde a mulher ainda seja proibida (sob ameaça de prisão) de dirigir um automóvel em suas ruas e estradas. Exemplos isolados confirmam que a quantificação extraordinária de hoje alterou cada instante do dia e da noite. Mudou o planeta.

Os poderes constituídos para estarem à altura das novas vivências coletivas devem manter controle

harmonioso dos espaços internos de cada nação, das terras e águas do globo. Sem essa evolução, o resultado não será suficiente para o equilibrado bem de todos.

Estamos no começo da vida nova da Terra. Ignoraremos as adequações que o direito nos imporá, até que possamos definir o espaço que o Poder Público deve preservar em sua área de influência. Para tanto cabe-nos manter viva a atenção para o futuro.

09 NOV 2013

FOLHA DE S. PAULO

Kassab se complica

Em conversas gravadas com autorização da Justiça, fiscais sugerem que o ex-prefeito tinha conhecimento de esquema de corrupção

Se para 2014 já não eram estimulantes as perspectivas eleitorais do ex-prefeito de São Paulo Gilberto Kassab (PSD), elas se rebaixaram ainda mais após serem reveladas gravações de conversas dos acusados de integrar a chamada Máfia do ISS (Imposto sobre Serviços).

Noticiado há uma semana, o esquema de corrupção alcançou dimensão impressionante. Estima-se que os cofres públicos tenham perdido pelo menos R\$ 500 milhões em impostos que deveriam ter sido recolhidos por diversas empresas, mas que não foram pagos devido à intervenção de quatro fiscais responsáveis pela arrecadação.

Estes, em troca de polpudas propinas, agiam na contramão de seu dever funcional e livravam as empresas de parte das obrigações tributárias. Calcula-se que, desde 2007, o grupo tenha acumulado um patrimônio de R\$ 80 milhões.

A Controladoria Geral do Município, órgão criado pelo prefeito Fernando Haddad (PT), não precisou de muito esforço para perceber a incompatibilidade entre os vencimentos e a riqueza desses servidores. Investigações posteriores, feitas pelo Ministério Público, levaram à prisão dos quatro fiscais.

Como três deles ocuparam cargos de confiança na administração passada, Kassab logo se viu chamuscado pelo episódio, embora Haddad tenha reiterado que

não havia indícios de envolvimento das autoridades políticas.

Uma semana depois, Kassab aparece em meio a um incêndio de grandes proporções. Gravações autorizadas pela Justiça e obtidas por esta **Folha** trazem diálogos com potencial devastador.

“Chama o secretário e o prefeito com quem eu trabalhei. Eles tinham ciência de tudo”, afirma Ronilson Bezerra Rodrigues, acusado de liderar o grupo, em conversa com a chefe de gabinete da secretaria de Finanças da gestão anterior. Não parece haver dúvidas de que o “prefeito” citado é Kassab.

Em outra gravação, os termos são ainda mais explícitos. Um homem não identificado diz: “Minha esperança é Kassab ganhar a eleição para governador”. O fiscal Luis Alexandre Magalhães concorda: “É, pois é, aí tá todo mundo bem”. Então o primeiro lamenta: “Mas acho que ele não ganha, não”.

De fato, Kassab não reunia condições reais de disputar o cargo em 2014. Sua intenção era fortalecer a bancada do PSD e manter seu nome na cabeça dos eleitores. Agora, até essa estratégia está em xeque.

Ainda que o ex-prefeito declare serem falsas as afirmações dos servidores e mesmo com os sinais de que o esquema era suprapartidário, será difícil para Kassab desvincular sua imagem desse escândalo.

Para que esse ponto seja esclarecido, bem como o eventual envolvimento de outros políticos, a investigação precisa avançar com a maior celeridade possível, sem recair no vício de transformar-se em arma de perseguição, ou preservação, partidária.

09 NOV 2013

FOLHA DE S. PAULO

Ecad entra no Supremo para contestar lei

O Ecad, órgão arrecadador de direitos autorais, entrou com uma ação no Supremo Tribunal Federal contestando a lei que modifica sua administração. Em julho, Roberto Carlos e Caetano Veloso, do Procore Saber, foram ao Senado pedir a aprovação do texto, que entrará em vigor em dezembro.

10 NOV 2013

FOLHA DE S. PAULO

Réus do mensalão se preparam para prisões

STF pode mandar executar penas de Roberto Jefferson, Valdemar Costa Neto, Pedro Henry e mais dez na próxima quarta

Ex-diretor do Banco do Brasil Henrique Pizzolato teme dividir cela com presos de alta periculosidade no Rio

Longe de sua rotina em Brasília, uma das preocupações do advogado Marthius Sávio Cavalcante Lobato agora diz respeito às condições do presídio de Bangu 8 no Rio.

Apesar de não ter uma informação oficial, ouviu de colegas de profissão mais versados no tema que a unidade de detenção deve ser o destino de seu cliente, o ex-diretor de Marketing do Banco do Brasil, Henrique Pizzolato, condenado a 12 anos e 7 meses no processo do mensalão.

Com o julgamento de parte dos recursos marcado para a próxima quarta-feira, existe a possibilidade de o Supremo Tribunal Federal concluir o processo para alguns dos réus —entre eles Roberto Jefferson e os deputados federais Valdemar Costa Neto (PR-SP) e Pedro Henry (PP-MT)— e determinar o início do cumprimento das penas.

“Meu cliente cometeu crimes contra a administração pública. Preciso garantir que sua integridade física seja garantida no caso do início do cumprimento da pena. Ele não pode ficar ao lado de presos de alta periculosidade, como milicianos e traficantes”, disse Lobato.

Para saber como estão as condições do presídio, o advogado enviou ofício ao Ministério da Justiça e fará o mesmo para a Secretaria de

Segurança do Rio. “Se o presídio não tiver como garantir a segurança do meu cliente vou pedir sua remoção para que ele cumpra pena onde terá assegurados seus direitos.”

Os cuidados de Lobato também estão sendo tomados por outros advogados que atuam no processo do mensalão. São pelo menos 13 os réus que podem ter seus casos concluídos na próxima semana —uma outra leva, condenada por placar apertado, ainda tem direito a um recurso que só deve ser analisado no ano que vem.

Condenado ao regime fechado, tal como Pizzolato, o ex-vice-presidente do Banco Rural Vinícius Samarane deverá cumprir sua pena próximo da família, num presídio de Belo Horizonte (MG).

Fora os dois, há oito réus condenados ao regime semiaberto, quando é possível deixar a cadeia durante o dia para trabalhar, e três que cumprirão penas alternativas.

Por isso, parte dos réus articula empregos, seja como autônomos, na iniciativa privada, ou até mesmo nos partidos, para conseguir autorização do juiz de execução penal e não ter que passar o dia inteiro dentro de colônias agrícolas ou industriais.

Costa Neto ficará em Brasília, onde um estabelecimento que recebe presos do semiaberto está sendo ampliado. Ele articulou um posto na área administrativa do PR.

Henry ficará em Cuiabá (MT) e dirá que vai trabalhar em sua clínica médica. Sua assessoria diz que ele é um

dos poucos especialistas em medicina hiperbárica no país.

Também se preparando para o semiaberto, o ex-advogado Rogério Tolentino busca oportunidades de trabalho em sua área. Por isso ele deve reabrir seu escritório.

Jefferson, também condenado ao regime semiaberto, quer obter prisão domiciliar porque está com câncer.

CONTINUA

10 NOV 2013







FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

RETA FINAL

Em breve, 13 réus do mensalão que não têm direito a novo julgamento

podem começar a cumprir suas penas

	REGIME FECHADO	REGIME SEMIABERTO				
QUEM	 Henrique Pizzolato Ex-diretor do Banco do Brasil	 Vinicius Samarane Ex-vice-presidente do Banco Rural	 Pedro Corrêa Ex-deputado federal (PP-PE)	 Rogério Tolentino Ex-advogado de Valério	 Roberto Jefferson Ex-deputado federal (PTB-RJ)	 Valdemar Costa Neto Deputado federal (PR-SP)
CONDENADO POR	Lavagem, corrupção passiva e peculato	Lavagem e gestão fraudulenta	Lavagem e corrupção passiva	Lavagem e corrupção ativa	Lavagem e corrupção passiva	Lavagem e corrupção passiva
PENA	12 anos e 7 meses	8 anos e 9 meses	7 anos e 2 meses	6 anos e 2 meses	7 anos e 14 dias	7 anos e 10 meses

REGIME ABERTO/PENA CONVERTIDA						
						
Jacinto Lamas Ex-tesoureiro do PL (hoje PR)	Carlos Rodrigues Ex-deputado do PL (hoje PR)	Romeu Queiroz Ex-deputado (PTB-MG)	Pedro Henry Deputado federal (PP-MT)	Emerson Palmieri Ex-dirigente do PTB	José Borba Ex-deputado federal (PMDB-PR)	Enivaldo Quadrado Sócio da corretora Bônus Banval
Lavagem e corrupção passiva	Lavagem e corrupção passiva	Lavagem e corrupção passiva	Lavagem e corrupção passiva	Lavagem e corrupção passiva	Corrupção passiva	Lavagem de dinheiro
5 anos	6 anos e 3 meses	6 anos e 6 meses	7 anos e 2 meses	4 anos	2 anos e 6 meses	3 anos e 6 meses

CONTINUA

1 0 NOV 2013

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Supremo terá de analisar dois tipos de recursos

Para que os réus do mensalão comecem a cumprir as penas, o STF terá de analisar dois tipos de recursos.

Um deles, que todos tiveram o direito de apresentar, é o segundo lote dos chamados embargos declaratórios. Esse recurso serve para esclarecer a condenação — não pode, porém, revertê-la.

O outro recurso, conhecido como embargos infringentes, pode reverter condenações, mas só pode ser apresentado por réus com ao menos quatro votos pela absolvição em algum crime.

Dos 25 condenados, 13 têm direito somente aos declaratórios, entre eles o deputado Valdemar Costa Neto (PR-SP) e o delator do esquema, Roberto Jefferson.

Apesar disso, alguns réus, como Costa Neto, apresentaram infringentes mesmo sem os quatro votos. Se o STF entender que são incabíveis, a expectativa é que o processo seja encerrado e as prisões, determinadas.

Os infringentes só serão analisados em 2014 — têm direito a eles réus como o ex-ministro José Dirceu e o deputado José Genoíno.

Com a proximidade da conclusão do processo para alguns dos réus, o presidente do STF, Joaquim Barbosa, terá de decidir se determinará o local de cumprimento das penas ou deixar a decisão a cargo do juiz de execução penal de cada Estado.

1 1 NOV 2013

FOLHA DE S. PAULO

MÔNICA BERGAMO

NA FORMA DA LEI

O ministro do STJ (Supremo Tribunal de Justiça) Luis Felipe Salomão recebeu convidados no lançamento do livro "Direito Privado - Teoria e Prática", no espaço cultural da corte. A também ministra do STJ Fátima Nancy Andrighi, o presidente do Conselho Federal da OAB, Marcus Vinícius Furtado Coêlho, e o ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal, foram ao evento.

MÃOS ATADAS

O governo de São Paulo estuda testar o monitoramento eletrônico de presos provisórios. Um projeto-piloto deve ser feito na capital e na região metropolitana com 1.500 pessoas, que receberiam tornozeleiras ou pulseiras. A proposta está em relatório assinado pelo secretário da Segurança Pública, Fernando Grella.

EM CASA

Monitorados, os presos que ainda aguardam julgamento não precisariam lotar as celas. "Seria uma alternativa ao cárcere na fase processual", diz o advogado Paulo José Iasz de Moraes, da OAB-SP, que integrou a comissão que estudou o tema. "E evitaria a ida de muitas pessoas para as penitenciárias, que são escolas do crime." Cada equipamento tem custo estimado de R\$ 3.000.

1 1 NOV 2013

FOLHA DE S. PAULO

Disparam denúncias de violência contra deficientes em SP

Em 2012, foram 1.209 ocorrências registradas pelos serviços estadual e federal responsáveis pela anotação desses dados

Abuso e exploração sexual, maus-tratos, abandono, violência psicológica e física estão entre ocorrências

JAIRO MARQUES
DE SÃO PAULO

Todos os dias, pelo menos três denúncias de violência contra pessoas com deficiência são registradas no Estado de São Paulo pelos serviços federal e estadual de notificação. O número disparou desde 2011, quando as anotações começaram.

São casos de maus-tratos, abandono, violência psicológica, violência física, abuso e exploração sexual, além de apropriação de recursos financeiros dos deficientes.

Em 2011, quando o serviço federal Disque 100 começou a recolher esse tipo de denúncia, 208 relatos foram registrados pelos atendentes.

O número, que se refere apenas ao Estado de São Paulo, saltou para 558 em 2012. Se somado aos registros do 181, o Disque Denúncia estadual, em funcionamento desde 2012, o total de ocorrências é de 1.209.

Diante dos dados, uma ação integrada de prevenção e combate à violência contra pessoas com deficiência foi lançada no começo do mês.

Seis secretarias de Estado

(Saúde, Direitos das Pessoa com Deficiência, Segurança Pública, Justiça e Cidadania, Educação e Assistência Social), além da Defensoria Pública e do Ministério Público, trabalharão em conjunto.

AÇÕES

Serão 23 ações que envolvem: aperfeiçoar o sistema de notificação e aumentar os canais de denúncia; informar e treinar servidores públicos sobre o que é deficiência, como identificá-la e qual encaminhamento deve ser feito quando ocorre, além de prevenção e atendimento.

Também estão previstas campanhas de conscientização pública, oferta de apoio psicológico e encaminhamento de vítimas, familiares e até de agressores a cursos profissionalizantes ou programas de geração de renda.

INVISIBILIDADE

“Ainda é muito grande a invisibilidade dessa situação de violência para a sociedade. É preciso mostrar que ela existe para poder combatê-la, a exemplo do que foi feito para a proteção da mulher, da criança”, afirma Linamara Rizzo Battistella, secretária de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

O levantamento revelou que, em 72% dos casos, o agressor é um membro da família da vítima. Já em 14% das ocorrências, ele é um

agente público. Em 11% das denúncias, a violência foi cometida por uma pessoa sem relação com o deficiente.

DIFÍCIL DE DENUNCIAR

“Os dados mexem com a humanidade de qualquer um e, infelizmente, ainda são subnotificados. Um surdo que queira fazer uma denúncia vai ter muita dificuldade, assim como alguém com deficiência intelectual. Isso terá de ser mudado, e rapidamente”, diz a secretária Linamara Rizzo Battistella.

CONTINUA

1 1 NOV 2013

FOLHA DE S. PAULO CONTINUAÇÃO

VIOLÊNCIA CONTRA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Serviços de denúncia recebem 3 casos de agressão a deficientes por dia em SP

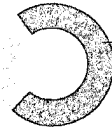


1.209

denúncias registradas no ano passado no Estado de São Paulo

NOTIFICAÇÕES

- > No Disque 100, do governo federal
- > No Disque Denúncia, do governo paulista



Em 72% das ocorrências, o agressor denunciado pertence à família da vítima



Em 29% das ocorrências, a violência foi psicológica



OS TIPOS DE VIOLÊNCIA REGISTRADOS

- > Maus-tratos
- > Abandono
- > Abuso sexual
- > Apropriação de recursos financeiros
- > Agressão física
- > Bullying



PLANO DE COMBATE

- > Informar e treinar servidores públicos para encaminhar os casos
- > Criar rede de prevenção e atendimento às vítimas
- > Conscientização e apoio psicológico
- > Encaminhamento de vítimas, familiares e de agressores

Fonte: Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência de São Paulo, com base em relatórios do Disque 100 e do Disque Denúncia

Psicóloga diz sofrer violência dentro e fora de sua casa

Desde o aneurisma que afetou os movimentos de todo o lado esquerdo de seu corpo, a psicóloga Fátima (nome fictício), 56, afirma que vem sofrendo diversos tipos de violência, tanto fora como dentro de sua própria casa.

“À medida que fui saindo para o espaço público, fui ficando mais exposta à agressão tanto provocada pelas barreiras físicas como pelas barreiras de atitude das pessoas”, diz a psicóloga.

Fátima convive com a deficiência física que resultou do aneurisma há nove anos.

A última situação enfrentada por ela foi em uma estação de metrô. O elevador do prédio estava quebrado e Fátima pediu apoio da equipe da estação para subir a escada rolante, o que ela não conseguiria fazer sozinha.

“Pedi uma cadeira de rodas, porque não conseguiria andar até um ponto de táxi só com o apoio da minha bengala. Fui ignorada, mas insisti, até entrar em conflito com a segurança.”

O caso acabou parando na delegacia e está sendo apurado pelo Metrô.

A psicóloga afirma ter sido agredida, não compreendida e desrespeitada.

TAPA NA CARA

A mobilidade reduzida também acabou gerando um episódio de conflito para Fátima durante uma situação familiar rotineira.

“Após reclamar que, ao final de um almoço, deixaram toda a louça suja para eu lavar, acabei levando um tapa no rosto de meu marido”, conta a psicóloga.

“Hoje percebo que qualquer reação de uma pessoa com deficiência vira, para os outros, sinônimo de loucura”, diz Fátima. (JM)

1 1 NOV 2013

FOLHA DE S. PAULO

Irmão de senadora é acusado de explorar trabalho escravo

Funcionários faziam jornadas de 11 horas e viviam em alojamento sem luz, diz vistoria do Ministério do Trabalho

Dono da fazenda, Luiz de Abreu nega as acusações e diz que ação tinha Kátia Abreu (PMDB-TO) como alvo

PEDRO IVO TOMÉ
DIÓGENES CAMPANHA
DE SÃO PAULO

Uma equipe de fiscalização do Ministério do Trabalho registrou indícios de trabalho semelhante à escravidão em uma fazenda do advogado Luiz Alfredo Feresin de Abreu, irmão da senadora Kátia Abreu (PMDB-TO).

Ele nega irregularidades e diz que a operação visava atingir sua irmã. Principal líder da bancada ruralista no Congresso e colunista da **Folha**, Kátia Abreu preside a CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil).

Em vistoria de 23 de agosto, fiscais dizem ter encontrado cinco pessoas em condições de trabalho escravo na fazenda Taiapu II, a 48 km do município de Vila Rica, no nordeste do Mato Grosso.

De acordo com o relatório, os trabalhadores tinham jornada de 11 horas e moravam em um alojamento sem energia elétrica ou água. No momento, o vaso sanitário do banheiro estava quebrado.

A investigação aponta que os empregados receberam proposta para dividir R\$ 400 por alqueire roçado. Dois teriam sido recrutados no Maranhão.

Produtos necessários para o trabalho, como botina, lanterna, garrafa térmica e chapéu, eram fornecidos —mas seriam descontados do pagamento. “Já faz algum tempo que está ocorrendo situação de trabalho escravo”, diz Giselle Vianna, coordenadora de fiscalização rural no Estado.

Três dos resgatados teriam sido contratados temporariamente para trabalhar nessas condições desde 2010.

Os funcionários foram levados a um hotel em Vila Rica, onde ficaram por uma semana. De lá, seguiram para suas cidades de origem, segundo a Superintendência do Mato Grosso, responsável por atuar a fazenda. Luiz de Abreu pagou o transporte e a estadia.

As irregularidades foram registradas em 19 autos de infração contra o proprietário; os documentos, encaminhados ao Ministério Público Federal.

A pena a quem submete alguém à condição análoga à de escravo pode chegar a oito anos de prisão, fora multa.

OUTRO LADO

Luiz de Abreu afirmou que contratou apenas um dos trabalhadores, José Orlando da

Silva, para roçar o pasto e que esse empregado chamou quatro amigos para uma “sociedade”, dividindo com eles o serviço e o pagamento.

Ele anexou à defesa, enviada ao superintendente regional do Trabalho em Mato Grosso, depoimentos registrados em cartório em que os roceiros afirmam que trabalhavam por empreita e não tinham vínculo empregatício com o advogado, que o alojamento tinha luz, água encanada e que pretendiam continuar na fazenda pois recebiam em dia.

Abreu acusa os fiscais de má-fé, pois teriam omitido trechos das declarações dos trabalhadores que lhe eram favoráveis e buscavam vincular a senadora à propriedade.

Em um trecho da defesa, ele faz referência à chacina de Unai, Minas Gerais, em que três fiscais do trabalho foram mortos em uma emboscada, em janeiro de 2004.

“A sorte de Vossa Senhoria e dos fiscais é que eu não tenho personalidade marcada pela psicopatia e acredito na justiça dos homens, senão certamente vocês teriam o mesmo destino daqueles fiscais de Unai”, escreveu o advogado.

Abreu disse não temer que a frase seja interpretada como ameaça. “Digo justamente que ele não corre esse risco. É mais um desabafo”, declarou.

1 1 NOV 2013

FOLHA DE S. PAULO

Corte não deve mudar penas do mensalão

Órgão internacional diz não revisar sentenças

Às vésperas da sessão que realizará no Brasil, o presidente da Corte Interamericana de Direitos Humanos, Diego Garcia-Sayán, disse que o órgão não modifica sentenças, uma das estratégias anunciadas por réus do mensalão para tentar reverter a condenação.

Nesta semana, o Supremo Tribunal Federal retoma também mais uma fase recursos no processo do mensalão.

Com o julgamento de parte deles marcado para quarta-feira, existe a possibilidade de concluir o processo para alguns dos réus —entre eles Roberto Jefferson e os deputados federais Valdemar Costa Neto (PR-SP) e Pedro Henry (PP-MT).

O presidente da corte evita falar sobre o caso, mas ressalta que não cabe à corte modificar sentenças.

“A corte não pode modificar uma sentença. Se houve pena de prisão, ela não pode aumentá-la ou reduzi-la.”

A Corte Interamericana de Direitos Humanos tem por tradição nunca tratar de assuntos do mesmo país em que realiza sessões.

“Qualquer coisa que aconteça no Brasil será em paralelo”, disse Diego Garcia-Sayán. “Não temos elementos sobre o mensalão. Não queremos insinuar respostas”, completou.

Diego Garcia-Sayán explica que a corte costuma tomar dois caminhos quando é questionada sobre violações de garantias judiciais, como é o caso dos réus do mensalão, que reclamam não ter direito a uma revisão do processo.

“Na hipótese de que se afetou algum direito processual ou uma garantia judicial, a corte às vezes estabelece uma reparação econômica e em outras determina que se retirem as partes em que os direitos processuais foram afetados”.

Mesmo quando a corte entende que parte do processo deve ser corrigido, são os próprios tribunais locais que fazem a nova análise —e não o órgão internacional, afirma o presidente da corte.

Nesta semana, a Corte Interamericana de Direitos Humanos realiza sua segunda sessão no Brasil —a primeira foi em 2006.

A sessão tratará de um caso colombiano de 1985 relativo ao desaparecimento de pessoas durante a retomada pelo Exército do Palácio da Justiça, ocupado pelo então grupo guerrilheiro M-19.

Evento em São Paulo debate a cobertura do caso do mensalão

DE SÃO PAULO – Diversos jornalistas participam hoje de palestras sobre cobertura midiática do caso do mensalão, a partir das 9h, na Faculdade de Direito da USP (Universidade de São Paulo), no centro de São Paulo.

O departamento jurídico do centro acadêmico da faculdade está organizando duas rodadas de debates. Estarão presentes os jornalistas da **Folha** Marcelo Coelho, que faz a análise de todos as sessões do jul-

gamento do mensalão na coluna “Questões de Ordem”, e Mônica Bergamo.

Também estão confirmados os jornalistas Bob Fernandes, do portal Terra, e Otávio Cbral, da revista “Veja”.

A ocasião contará ainda com a participação de Antônio Carlos de Almeida Castro, o Kakay, advogado do publicitário Duda Mendonça, absolvido em 2012.

O evento tem apoio do site Consultor Jurídico.

1 1 NOV 2013

TRIBUNA DO PARANÁ

MP dá atendimento a vítimas de crimes sexuais

Da Redação

O Núcleo de Apoio à Vítima de Estupro (Naves) do Ministério Público do Paraná está em funcionamento para ajudar homens e mulheres, com orientação jurídica e apoio psicológico. O trabalho tenta minimizar o trauma nas vítimas e, ao mesmo tempo, conscientizar a sociedade sobre a necessidade de denunciar os autores de estupro.

O núcleo vai acompanhar as

investigações e medidas cautelares relacionadas a estupro praticados na capital, com o oferecimento das denúncias, para maior rapidez nos processos e a responsabilização dos autores.

Segundo o 7.º Anuário Brasileiro de Segurança, 3.523 casos de estupro foram registrados no Paraná, somente no ano passado. O total é 9,5% superior ao verificado em 2011, quando foram 3.218 ocorrências.

CRIANÇAS

O Naves não atende casos de violência sexual contra crianças e adolescentes, atendidos por delegacias e promotorias especializadas, para onde os adultos responsáveis ou o Conselho Tutelar devem seguir imediatamente após descobrirem o crime. O Núcleo de Proteção à Criança e ao Adolescente Vítimas de Crimes (Nucria) fica na Rua Vicente Machado, 2.560 - Campina do Siqueira. O telefone é 3270-3370.

O QUE FAZER EM CASO DE ESTUPRO



- Não lave as partes íntimas, nem as roupas usadas no momento da agressão, antes de procurar ajuda
- Procurar, imediatamente, o Hospital de Clínicas ou o Evangélico

No hospital

- A vítima receberá medicamentos necessários à prevenção de doenças
- Será feita coleta de material, para servir de prova à investigação
- Em seguida, procurar a Delegacia da Mulher para registrar o boletim de ocorrência
- Depois, procurar o Naves, para receber orientações, além de apoio psicológico e jurídico

Endereços úteis

Hospital de Clínicas:

Av. Agostinho Leão Júnior, 285 - Centro
3264-8721

Hospital Evangélico

Alameda Augusto Stelfeld, 1908 - Bigorrião
3240-5000

Delegacia da Mulher

Rua Padre Antônio, 33 - Centro
3219-8600

Naves

Rua Tibagi, 779, 8º andar - Centro
3250-4022

1 1 NOV 2013

JORNAL DO ÔNIBUS

Defensores públicos vão iniciar suas atividades em dezembro

No próximo mês, dois defensores públicos recentemente nomeados pelo governador Beto Richa, irão iniciar as suas atividades no município de Colombo. A prefeita Beti Pavin, que os recebeu em seu gabinete neste dia 07, comentou sobre a importância do trabalho destes profissionais.

“A vinda destes defensores públicos para Colombo será de extremo valor e relevância

para os nossos cidadãos que finalmente terão acesso a uma assistência jurídica gratuita e de qualidade”, destacou a prefeita Beti Pavin ao se encontrar com os dois defensores.

Os profissionais que atenderão os cidadãos do município estarão instalados na Regional Osasco a partir da 2ª quinzena de dezembro oferecendo assistência jurídica de graça à população que não pode pagar.

Notas políticas

Violência contra mulher

Retorna à pauta da Assembleia na sessão de hoje, para ser submetido à segunda discussão, o projeto da deputada Marla Tureck (PSD), autorizando o Poder Executivo a instituir o Programa Estadual de Segurança da Mulher. Entre as medidas propostas está a que expande o núcleo de acolhida a mulheres vítimas de violência sexual, do Instituto Médico Legal (IML).

Pedido por Vasques

O Diretor-Geral da Polícia Federal, Leandro Daiello Coimbra, enviou ofício ao Procurador Geral de Justiça do Paraná, Gilberto Giacóia, para pedir a renovação da autorização de Cid Vasques para exercício do cargo de Secretário de Segurança Pública do Paraná.

09 NOV 2013

IMPACTO PARANÁ

TRIBUNAL DE JUSTIÇA CONTINUA NA MIRA DE DECISÕES ESPECIAIS



Duas, pelo menos, são as decisões que colocam os olhos do público paranaense voltados para o Tribunal de Justiça do Paraná.

Uma é aquela que envolve, ainda, o processo gerado pelo tráfico de influência do ex-presidente do TJ, desembargador Clayton Camargo, em relação à escolha do seu filho, Fabio Camargo, para conselheiro do Tribunal de Contas do Paraná.

A outra situação de expectativa em relação ao TJ é com relação a mandado de segurança que está em mãos do desembargador Antonio Loyola Vieira, impetrado pelo ex-conselheiro do TC, Mauricio Requião, pedindo a destituição do conselheiro Ivan Bonita daquela corte, gerando por consequência sua volta ao posto que ocupou por alguns meses.

Duas situações que, sem dúvida, colocam o TJ como motivo de viva expectativa não apenas dos participantes diretos de tal situação mas de todo um público que vem vivendo neste ano revelações que colocaram o Poder Judiciário no centro das discussões paranaenses.

Até quando vai perdurar esta expectativa?

Impacto que se obriga ao fechamento de sua edição nas quintas-feiras, antecipando o final de semana quando passa a circular em todo o Estado, pode ser surpreendido a qualquer momento por alguma dessas decisões que estão sendo aguardadas com a mais viva expectativa.

09 NOV 2013

IMPACTO PARANÁ

Mano Preisner - Cascavel

IMPORTAR JUIZ?

Em 26 comarcas do Paraná, não existem juízes titulares. Os motivos são muito claros: juízes são pessoas do primeiro escalão. Geralmente vêm de famílias classe alta, com tradição no meio jurídico. Nasceram em berço, senão de ouro, no mínimo de prata.

Esse tipo de gente não está a fim de se enfiar num desses buracos que não se sabe como foram alçados à condição de municípios. Juiz gosta de coisa boa, escola boa pro filho, cobertura, camarão grande, vinho grand cru, etc...

Recusam-se a morar nesses vilarejos meia-boca.

E aí alguém me contou que a Dilma, diante da recusa, e empolgada com a subida nas pesquisas depois de trazer médicos de Cuba para atender os pobres, decidiu trazer juízes de fora do país.

Graças a Deus não funcionou o plano. Os primeiros candidatos a juiz, mesmo vindos do Paraguai, quando conheceram Alto Piquiri e Terra Roxa sumiram sem dizer tiau.

NOTÍCIAS DE ÚLTIMA HORA

O Dia da Consciência Negra, cujo feriado dia 20 do corrente foi julgado inconstitucional por parte do Tribunal de Justiça, a pedido da Associação Comercial do Paraná, continuou rendendo nesta semana posições e pronunciamentos a respeito. Defensores da ideia de que se respeite o feriado em Curitiba, alimentam a idéia de boicote ao comércio nesta data e manifestação na frente do TJ e da Associação Comercial.

Deputado Elton Welter recuperado das emoções que o abateram depois de um discurso-mancada que constrangeu seus companheiros de partido e da Assembleia, aguarda, ainda, convite do CNJ. Ele se diz disposto a revelar somente para o citado órgão quem foram os autores de ameaças feitas contra si por ocasião da eleição do conselheiro Fabio Camargo para o Tribunal de Contas.

Depois de quatro delegados já terem passado pelo Caso Tayná, continua gerando especulações um segundo laudo sobre a morte da jovem, feito através exumação do cadáver realizada há poucos dias. O caso segue em Segredo de Justiça. Com quatro acusados inicialmente em liberdade e no Programa de Proteção às Testemunhas, e com policiais soltos depois de alguns dias de prisão como suspeitos do citado crime, mantém-se um clima claro de que tem lingüiça embaixo dessa farofa, pois nada de verdadeiro surge até o mesmo e as informações a respeito da moça de Colombo permanecem sob especulações e nada de oficial.